



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADEPROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO



**FEDERALISMO FISCAL E A INFLUÊNCIA SOBRE STRESS FISCAL
NA COOPERAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES DO BRASIL**

CAMPINA GRANDE-PB, 2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE UNIDADE
ACADÊMICA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**



**FEDERALISMO FISCAL E A INFLUÊNCIA SOBRE STRESS FISCAL
NA COOPERAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES DO BRASIL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FRANCINEIDE BORGES DE LIMA

CAMPINA GRANDE-PB, 2023

L732f

Lima, Francineide Borges de.

Federalismo fiscal e a influência sobre stress fiscal na cooperação nos municípios das regiões do Brasil / Francineide Borges de Lima. – Campina Grande, 2023.

96 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. Alex Bruno Ferreira Marques Nascimento, Prof. Dr. Johnatan Rafael Santana de Brito".

Referências.

1. Gestão Pública. 2. Ação Coletiva Institucional. 3. Federalismo Fiscal. 4. Stress Fiscal. 5. Sistema Tributário Brasileiro. I. Nascimento, Alex Bruno Ferreira Marques. II. Brito, Johnatan Rafael Santana de. III. Título.

CDU 35:336.22(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM ADMINISTRACAO
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

FRANCINEIDE BORGES DE LIMA

"FEDERALISMO FISCAL E A INFLUÊNCIA SOBRE STRESS FISCAL NA COOPERAÇÃO NOS MUNICIPIOS DAS REGIÕES DO BRASIL"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA-UFCG) como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovado em: 08/08/2023

Prof. Dr. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento - PPGA/UFCG
Orientador principal

Johnatan Rafael Santana de Brito - UAEF/UFCG
Coorientador

Prof. Dr. Kliver Lamarthine Alves Confessor - PPGA/UFCG
Examinador Interno

Campina-Grande-PB, 2023



Documento assinado eletronicamente por **ALEX BRUNO FERREIRA MARQUES DO NASCIMENTO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 29/08/2023, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robson Zuccolotto, Usuário Externo**, em 30/08/2023, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **KLIVER LAMARTHINE ALVES CONFESSOR, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/09/2023, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3678646** e o código CRC **7EEC58CD**.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar forças para nessa jornada a enfrentar os desafios que me acompanharam durante o processo.

À Flávia, minha companheira, que nesses doze anos de relação não mediou carinho, amor e companheirismo comigo. Além de incentivos para eu iniciar e terminar esse mestrado.

Ao professor orientador Alex, pelos ensinamentos, paciência, incentivo e disponibilidade, além de sua compreensão em momentos difíceis.

A todos os professores do PPGA/UFCG, que deixaram sua contribuição em todas as aulas.

Aos funcionários do PPGA/UFCG, que sempre nos trataram com muita atenção e urbanidade.

À turma do Mestrado que fiz parte, turma 4, mesmo diante de uma pandemia, ninguém soltou a mão de ninguém.

Ao Bruno e ao José Luís que sempre nos incentivamos mutuamente

FEDERALISMO FISCAL E A INFLUÊNCIA SOBRE STRESS FISCAL NA COOPERAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES DO BRASIL

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi investigar de que maneira o federalismo fiscal leva os municípios a falta de autonomia financeira, e como isso conduz os municípios na escolha de participarem de um consórcio público no Brasil. Norteada pela teoria da ação coletiva institucional foram desenvolvidos três artigos. O primeiro artigo foi desenvolvido com objetivo de mapear o tema federalismo e cooperação propondo identificar os principais impulsionadores e tópicos que influenciaram o tema nos últimos 28 anos através de uma análise bibliométrica. O segundo artigo procurou descrever as características dos municípios brasileiros a luz da ação coletiva institucional utilizando uma análise descritiva das variáveis. O terceiro artigo buscou analisar através da regressão logística quais características dos municípios que pertencem a determinadas regiões, pode ser preditoras para os municípios participarem de um consórcio público. Por fim, a pesquisa conclui que os municípios que pertencem a regiões com desigualdade de renda maior, são aqueles que tem mais predisposição em fazer parte de consórcio público.

Palavras-chave: Ação Coletiva Institucional; Federalismo; Stress Fiscal.

FEDERALISMO FISCAL E A INFLUÊNCIA SOBRE STRESS FISCAL NA COOPERAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES DO BRASIL

ABSTRACT

The objective of this dissertation was to investigate how fiscal federalism leads municipalities to lack of financial autonomy, fiscal stress and how this leads municipalities to choose to participate in public consortia in Brazil. Guided by the theory of institutional collective action, three articles were developed. The first article was developed with the objective of mapping the topic of federalism and cooperation and its purpose was to identify the main drivers and topics that influenced the theme in the last 28 years through a bibliometric analysis. The second article sought to describe the characteristics of Brazilian municipalities in the light of institutional collective action using a descriptive analysis of the variables. The third article, the third article, sought to analyze through logistic regression which characteristics of municipalities that belong to certain regions can be predictors for municipalities to participate in a public consortium. This dissertation can contribute to the decision of municipalities to participate in a consortium or not.

Key-words: Federalism; Fiscal Stress; Institutional Collective Action.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Produção científica sobre federalismo 1994/2022.....	24
Figura 2-Autores mais produtivos	25
Figura 3-Impacto do Autor.....	26
Figura 4-Periódicos mais produtivos.....	32
Figura 5-Periódicos de maior impacto	33
Figura 6-Produção científica por países.....	34
Figura 7-Clusters dos estudos sobre federalismo e cooperação	35
Figura 8-Linha do tempo das publicações marcantes em Federalismo e Cooperação	36
Figura 9-Clusters principais dos estudos sobre Federalismo e cooperação.....	37
Figura 10-Historiografia das redes dos clusters secundários dos estudos sobre federalismo e cooperação.....	38
Figura 11-Consócio Constituído por década	51
Figura 12-Evolução de consórcio após a Constituição de 1988.....	52
Figura 13-Transferências realizadas pela União nos últimos dez anos.....	68
Figura 14-Análises estatísticas utilizadas	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Estrutura da dissertação.....	16
Tabela 2- Universidades que mais produziram	27
Tabela 3-Ranking dos documentos mais citados.....	29
Tabela 4-Classes populacionais dos municípios brasileiros.....	47
Tabela 5- Caracterização dos Municípios Consorciados e não consorciados por Região.....	54
Tabela 6- Índices de Desenvolvimento Econômico e Social	55
Tabela 7- Índice de Autonomia Financeira	56
Tabela 8- Despesas do Serviço Público de Resíduo Sólido	57
Tabela 9-Perfil dos Gestores Públicos.....	59
Tabela 10-Perfil dos Gestores Públicos.....	59
Tabela 11-Síntese dos principais estudos realizados sobre índices de caracterização de avaliação de stress fiscal.....	70
Tabela 12-Estatística dos dados gerais dos municípios.....	77
Tabela 13-Características gerais dos municípios.....	78
Tabela 14-Comparação da dimensão intrusão com as características gerais dos profissionais	79
Tabela 15-Consorciado segundo a caracterização do município.....	80
Tabela 16- Adequação do modelo final da regressão logística - Método Stepwise	81
Tabela 17- Área sob a curva Roc dos modelos ajustados de regressão logística avaliados	81
Tabela 18-Modelo de regressão logística - Método Stepwise.....	82

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivos	14
1.1.1 Objetivo Geral.....	14
1.1.2 Objetivos Específicos.....	14
1.2 Justificativa	14
1.3 A estrutura da Dissertação.....	16
2 MARCO METODOLÓGICO.....	16
CAPÍTULO 1	17
Estrutura do conhecimento científico sobre Federalismo e Cooperação: uma análise bibliométrica	17
ABSTRACT	18
1 INTRODUÇÃO	19
2 FEDERALISMO E COOPERAÇÃO.....	20
3.1 Desenho metodológico.....	23
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	23
4.1 Tendências da produção científica sobre federalismo e cooperação	24
4.2 Análise de coocorrência de palavras.....	34
4.3 Análise dos principais Drivers teóricos do Federalismo	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
CAPÍTULO 2	41
Federalismo Brasileiro e Cooperação: Caracterização do Municípios brasileiros por região, a luz da ação coletiva institucional	41
RESUMO	42
ABSTRACT	42
2 REVISÃO DE LITERATURA	45
2.1 Federalismo Brasileiro	45
2.2 Ação Coletiva Institucional	47
2.3 Consórcios Públicos Intermunicipal no Brasil	50
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	53
4.1 Análise Descritiva do Cenário.....	54
A tabela 5, apresenta o número de municípios consorciados e não consorciado por região no Brasil. Dentro do universo da amostra de 5.569 municípios.	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
CAPÍTULO 3	62

O Federalismo Fiscal e sua interferência no stress fiscal na condução a cooperação nos municípios brasileiros	62
RESUMO	63
ABSTRACT	63
1 INTRODUÇÃO	64
2 REFERENCIAL TEÓRICO	66
2.1 Federalismo Fiscal e Equilíbrio Financeiro dos Municípios	66
2.2 Stress Fiscal	69
2.3 Federalismo Fiscal e Ação Coletiva Institucional	71
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	74
3.1 Dados da Pesquisa	74
3.1.2 Testes de Mensuração dos Dados	75
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	77
4.1 Análise Univariada e bivariada	77
CONCLUSÕES	85
REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

O modelo de federalismo fiscal brasileiro implantado a partir da constituição de 1988 é um modelo híbrido que ao mesmo tempo que busca um equilíbrio entre os entes federados através dos sistemas de transferências e repasse, também leva a competição entre eles.

Diante desse modelo híbrido de federalismo a cooperação institucional surge como uma forma de evitar a uma disputa de concorrência predatória entre entes (ABRÚCIO & SANO, 2013). Para isso, se faz necessário uma articulação regional entre os entes subnacionais com o governo central para fazer frente às demandas ocorridas nos últimos desde a descentralização.

A necessidade sobre o tema cooperação sobre as teorias do federalismo se faz necessário compreender muito além que os mecanismos formais que estão expostos através das constituições, mas sobretudo a forma com os atores federativos se articula e desenvolve sua estratégia de atuação (ABRÚCIO & SANO, 2013).

Para isso é preciso entender como o tema se desenvolveu e se relaciona. Historicamente o tema se apresenta de forma separada onde federalismo se destaca com os primeiros trabalhos publicado sobre a teoria dos gastos públicos, sobre forte influência da ciência econômica. Baseado na teoria Tiebout (1956), que apresenta um federalismo de concorrência baseado no modelo de mercado, onde governos devem oferecer melhores serviços e atrair clientes.

A maturidade sobre o tema concentrado desde os primeiros trabalhos em federalismo fiscal só obteve integração com a cooperação nos últimos sete anos. O tema federalismo e cooperação progrediu de forma integrada com o esforço das pequenas colaborações de diferentes pesquisadores, em países como Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos, sofrendo uma forte influência do campo das ciências econômicas.

Diante disso, a construção da cooperação se apresenta dentro da evolução do tema federalismo apresenta a ação coletiva institucional para tomada de decisão conjunta entre os entes. Trazendo respostas aos dilemas da ação coletiva institucional (ACI), onde assimetria das informações pode trazer benefício para um determinado grupo em detrimento de outro (FEIOCK, 2013).

No contexto brasileiro, após a redemocratização, um dos principais mecanismos adotados pelo Governo Federal foi a estratégia da indução para a descentralização de diferentes políticas sociais para os governos subnacionais (ARRETCHE, 2000). Esse movimento foi fortalecido pelo momento político da época, em que vigorava um forte clamor pela municipalização.

O fenômeno de consórcio, cresceu com a descentralização e o regulamento da lei dos consórcios públicos nº11.107/05 fez crescer o número de consórcio no Brasil como forma de resolver dilemas básicos de relações intergovernamentais.

Logo, a teoria da ação coletiva institucional (ACI) trazida por Feiock, apresenta um modelo para avaliar os atributos que influenciam na decisão de fazer parte de um consórcio. Elas podem variar de acordo com as características dos municípios como questões demográficas, relações formais e informais, mensuração de uma política pública, (FEIOCK, 2007).

Considerando esse modelo teórico dentro do contexto de federalismo fiscal brasileiro é possível verificando as características estabelecidas pela ACI onde as características das comunidades como, população, PIB, IDHM, GIM e situação fiscal dos municípios são fatores que podem levar aos municípios fazerem parte de algum consórcio.

Além do custo do bem comum na prestação de serviços para os municípios, são fatores que podem ser determinantes na decisão de fazer parte de um consórcio. Assim como as características dos institucionais em relação ao gestor público (FEIOCK, 2007).

Dessa forma, é oportuno descrever as características dos municípios para compreender se alguns fatores políticos, demográficos, econômico e social, entre eles o fiscal pode formar uma característica específica para os municípios optarem de forma voluntária a agirem coletivamente em busca de benefícios coletivos. além de como essas características estão associadas a determinadas regiões do Brasil.

Diante do exposto, as dificuldades dos municípios em equilibrarem a oferta de bens e serviços com a autonomia financeira e as constantes situações de stress fiscal que são recorrentes, dentro de um federalismo fiscal legalmente cooperativo e empiricamente competitivo, além de levando em consideração dentre desse contexto a desigualdade regional que ocorre no Brasil, atrelado à ação coletiva institucional que pontua as características de um determinado município podem ser fator decisor ou dele pertencer a um consórcio. Assim, a questão norteadora deste estudo é: **Como o federalismo pode levar os municípios ao stress fiscal e conseqüentemente a cooperar, norteador pela teoria da ação coletiva institucional?**

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Investigar a relação entre o federalismo fiscal e a cooperação intermunicipal a partir de elementos como autonomia financeira e stress fiscal.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Mapear os fatores antecedentes do federalismo e cooperação discutidos na literatura de federalismo e cooperação;
- Fazer uma análise descritiva de federalismo fiscal em Municípios que cooperam e dos que não cooperam no Brasil por região;
- Verificar a influência do federalismo fiscal sobre as finanças municipais e como se relacionam com a ação coletiva por região no Brasil.

1.2 Justificativa

O estudo proposto pode contribuir com o alinhamento de pesquisa sobre federalismo e cooperação. O tema federalismo e cooperação progrediu nos últimos sete anos de forma integrada, com o esforço das pequenas colaborações de diferentes pesquisadores, em países como Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos, sofrendo uma forte influência da área de ciência econômica.

Nesse sentido, observa-se na pesquisa realizada no capítulo dois deste estudo que existe uma crescente tendência de publicação sobre o tema federalismo e cooperação a nível mundial. É oportuno destacar que entre os países que mais produziram, o Brasil apresenta uma frequência em média de 48. Dentre o levantamento da base de dados da pesquisa sobre o tema, os três países que mais se destacam na produção produziram foram UK (138), Germany (118) e Spain (50). Já os autores que mais produziram e mais impactaram se concentraram na Europa e Estados Unidos, e a concentração da produção se alinha com a teoria econômica. Portanto, poucos trabalhos abordam o tema com uma visão holística sobre o federalismo e cooperação a luz da ação coletiva.

Considerando o levantamento do tema sobre federalismo e cooperação, é importante fazer um mapeamento sobre o tema e identificado sua relevância por ter um aprofundamento sobre o conhecimento de forma integrado entre federalismo e cooperação, a partir disso se é oportuno utilizar o resultado das pesquisas bibliométrica e seus construtos, e associar a teoria da ação coletiva institucional como norteadora para descrever a característica dos municípios dentro sistema do federalismo brasileiro.

Em decorrência do aumento do número de município após a constituição de 1988, o fenômeno de cooperação no Brasil cresceu através dos consórcios públicos. Este estudo procurou fazer um levantamento utilizando a base de dados da CNM (Confederação Nacional dos Municípios) e optou-se por fazer um levantamento dos consórcios públicos de resíduos sólidos especificamente porque é um tipo de política pública que não é regulada pela União como Saúde educação, devido à dificuldade de executar desde a criação da lei de resíduo sólido.

Diante disso, é relevante conhecer e mapear este cenário através da descrição do fenômeno consórcio público na população, os municípios brasileiros, uma vez que a pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características de determinado fenômeno. A presente pesquisa procurou fazer um levantamento desse fenômeno no artigo dois, buscou obter a caracterização dos municípios brasileiros e a distribuição de consórcios de resíduo sólido pelo território brasileiro. Sobretudo, utilizando a como arcabouço a teoria da ação coletiva institucional que apresenta a hipóteses da influência de determinadas características dos municípios podem influenciar na participação dos municípios em consórcios públicos.

A partir do resultado dessa pesquisa observa-se a lacuna norteador pela ação coletiva institucional que apresenta a hipótese que a característica do município são fatores determinantes para os municípios escolherem fazer de um consorcio público. Dentro de um contexto de desigualdade que ocorre nas principais regiões do Brasil foi feito o levantamento baseado na teoria da ação coletiva institucional, utilizando as variáveis características dos municípios que refletem o efeito do federalismo são determinantes na hora dos municípios escolherem fazer parte de um consórcio em determinadas regiões com desigualdades.

Sendo assim, a teoria aborda os dilemas da ação coletiva institucional (ACI) que surge da divisão da autoridade em quais as decisões de um governo em uma ou mais áreas funcionais específicas pode impactar outros governos (Feiock, 2013). Ou seja, como os mecanismos da descentralização podem impactar nos atores locais. Por isso, se torna relevante abordar a importância da ICA em um sistema federalismo fiscal como o Brasil que diante de alguns estudos como Dantas Junior, (2018) têm levado o país municípios ao stress fiscal e desigualdade de desenvolvimento econômico.

Desse modo, essas contribuições podem trazer o debate sobre o tema federalismo e cooperação de forma composta, federalismo associado a cooperação nas mais diversas formas de identificar, sejam por índices de desempenho humano, econômico social e fiscal, mas como a ação coletiva institucional é uma opção nas mais diversas regiões e quais fatores estão associados, sejam homogêneos, como a hipóteses levantada pela ACI ou heterogêneo.

1.3 A estrutura da Dissertação

Esta dissertação é composta por três capítulos. No primeiro capítulo inicia-se pela introdução, com o desenvolvimento do tema desse estudo e a problemática que conduz o estudo e seu objetivo geral e específico, assim como a justificativa. No segundo capítulo, fornecemos o quadro conceitual que sustenta os pressupostos e hipóteses de pesquisa. Este quadro conceitual contém informações sobre os artigos incluídos neste projeto. O terceiro capítulo contempla três artigos desenvolvidos, os quais apresentam introdução, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, resultados e discussões. Por último, estão incluídas as referências utilizadas na elaboração da pesquisa.

2 MARCO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta uma explicação da natureza da pesquisa, bem como uma breve descrição das etapas envolvidas na proposta de pesquisa que levou à elaboração dos artigos neste trabalho. Sua composição é feita por três artigos que estão relacionados à temática central deste estudo. Neste capítulo, também são descritos os detalhes dos procedimentos metodológicos adotados na dissertação. O conteúdo de cada artigo será apresentado no próximo capítulo, que se dedica à sua apresentação individual. Tabela 1 apresenta a estrutura da dissertação.

Tabela 1-Estrutura da dissertação

FEDERALISMO FISCAL E A INFLUÊNCIA SOBRE STRESS FISCAL NA COOPERAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DAS REGIÕES DO BRASIL			
Problematika: Como o federalismo pode levar os municípios ao stress fiscal e consequentemente a cooperar, norteados pela teoria da ação coletiva institucional?			
Objetivo Geral: Investigar de que maneira o federalismo fiscal leva os municípios a falta de autonomia financeira, stress fiscal e como isso conduz os municípios a escolha de participarem de consórcios públicos no Brasil.			
Objetivos específicos	Artigo correspondente	Coleta de dados	Análise de dados
<p>Mapear os fatores antecedentes do federalismo e cooperação discutidos na literatura de federalismo e cooperação;</p>	<p>Estrutura do conhecimento científico sobre Federalismo e Cooperação: uma análise bibliométrica</p>	<p>Bibliográfica - bases Web of Science</p>	<p>A metodologia adotada envolve análise quantitativa com o uso de softwares como Vosviewer (análise de clusters e mapas de densidade), Bibliometrix (análise de dimensões e impactos) e CiteNetExplorer (história)</p>
<p>Fazer uma análise descritiva de federalismo fiscal em Municípios que Cooperam e dos que não cooperam no Brasil por região</p>	<p>Federalismo Brasileiro e Cooperação: Caracterização do Municípios brasileiros por região, a luz da ação coletiva institucional</p>	<p>Pesquisa Bibliográfica- base Web of Science- Pesquisa quantitativa: base de dados com informações de bases, IBGE; IPEA, CNM,TSE,STN, FIRJAN</p>	<p>Pesquisa quantitativa : Estatística Descritiva dos dados. Realizada pelo softwer JAMOVI, V. 2.3.2</p>
<p>Verificar a influência do federalismo fiscal sobre as finanças municipais e como se relacionam com a ação coletiva por região no Brasil</p>	<p>O Federalismo Fiscal e sua interferência no stress fiscal na condução a cooperação nos municípios brasileiros</p>	<p>Pesquisa Bibliográfica- base Web of Science- Pesquisa quantitativa: base de dados com informações de bases, IBGE; IPEA, CNM,TSE,STN, FIRJAN</p>	<p>Pesquisa quantitativa : Análise descritiva, exploradora dos dados com distribuição de frequência; testes paramétricos T Studente, teste a diferença entre duas variáveis; Teste quiquadrado, verifiou a associação entre variáveis; regressão logística, objeto de análise ajuste de modelo</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

CAPÍTULO 1

Estrutura do conhecimento científico sobre Federalismo e Cooperação: uma análise bibliométrica

Estrutura do conhecimento científico sobre Federalismo e Cooperação: uma análise bibliométrica

RESUMO

Este estudo realiza uma revisão de literatura sobre federalismo e cooperação com base em cistometria, mapeando e traçando uma historiografia do tema. O objetivo é identificar os principais impulsionadores e tópicos que influenciaram o tema nos últimos 28 anos. A metodologia adotada envolve análise quantitativa com o uso de softwares como Vosviewer (análise de clusters e mapas de densidade), Bibliometrix (análise de dimensões) e CitNetExplorer (história). A base de dados utilizada consiste em artigos publicados sobre o tema na Web of Science entre 1994 e 2022. Os resultados revelam um crescimento na produção nos últimos 8 anos, com uma concentração de autores europeus e uma forte presença dos Estados Unidos. No entanto, permanece uma perspectiva teórica econômica americana. Além disso, foram identificados pesquisadores especializados na área, abordagens mais comuns nos estudos, principais periódicos de publicação e trabalhos teóricos relevantes sobre o tema. Em conclusão, este estudo contribui para a literatura ao destacar evidências dos fatores que antecedem o federalismo e a cooperação, além de fornecer uma agenda de pesquisa futura.

Palavras-chave: Federalismo e Cooperação. Bibliometria. Clusterização. Historiografia do campo.

ABSTRACT

This study aimed to carry out a literature review on federalism and cooperation based on cystometry, mapping, cauterizing and tracing a historiography of the theme, in addition to identifying the main drivers and topics that led the theme in the last 28 years. The methodology adopted is an analysis based on quantitative techniques with the support of software: Vosviewer (cluster analysis and density maps), Bibliometrix - R software package (dimension analysis), and CitNetExplorer (historiography). The database used were articles published on the subject on the Web of Science between 1994-2022. The results found are a production with a growing tendency in the last 8 years, concentrated in European authors, with a strong production in the United States. However, an American economic theoretical perspective remains. It was also identified that the specialist researchers in the area, as well as the most used approaches in the studies and the main journals that publish and most impacted articles on federalism and cooperation, in addition to the main works and theoretical drives on the subject. Finally, this

study contributes to the literature on the subject by highlighting evidence of factors that precede federalism and cooperation and offering a future research agenda.

Keywords: Federalism and Cooperation. Bibliometrics. Clustering. Field historiography.

1 INTRODUÇÃO

Na literatura, o tema federalismo e cooperação é um tema desenvolvido de forma fragmentada considerando as especificidades que eles representam. Isso porque o federalismo tem sua construção estruturada dentro de um contexto histórico com um arcabouço teórico coberto de evidências que compõem a construção histórica de muitos países e continentes. Por outro lado, a cooperação é decorrente de demandas de governabilidade regionais a partir do século XX.

Em seu contexto histórico, se destaca o modelo federado americano em razão de ser copiado pelos países Europeus como Alemanha e Suíça. Quando políticos e cientistas sociais 'europeus' estavam considerando processos de integração que poderiam levar a uma "Europa Unida", o que eles tinham em mente era um sistema federal modelado segundo o modelo americano. De acordo Scharpf (1988, o que foi criado era arranjos institucionais que correspondiam mais de perto à tradição de federalismo alemão.

No entanto, é oportuno destacar a diferença entre o federalismo americano do europeu em termos de estrutura e distribuição de poder, natureza das relações entre os níveis de governo, autonomia dos estados e existência de uma Constituição unificada. No contexto estrutural, o federalismo americano tem uma distribuição de poder de forma dual entre governo federal e os estados individuais, diferente do europeu que depois da unificação ocorre de forma mais cooperativa.

Embora a predominância histórica do modelo de federalismo Americano tenha disseminado entre os demais países, as configurações internas são determinantes na estruturação e características do modelo de federalismo. Por isso, a agenda de pesquisa sobre o tema assume um papel relevante na sua construção evolutiva.

Compreender desde a sua base quais são os principais trabalhos concentrados no campo da pesquisa sobre federalismo, principais países que tem uma agenda de pesquisa mais intensa sobre o tema e quem são os autores que produzem e aqueles que impactam sobre o assunto. Para assim, construir um conhecimento sobre a quais a realidade e perspectiva da agenda de pesquisa sobre o tema.

Apesar da amplitude de pesquisa sobre federalismo, é oportuno ter uma dimensão da integração do federalismo e cooperação, uma vez que a intangibilidade que relaciona o tema pode vir a fazer parte dos avanços da temática. Considerando a literatura sobre as características dos federalismos em países como Alemanha, Suíça e Estados que mesmo com sua singular diferença, mas propõe arranjos institucionais em suas decisões conjuntas.

A pesquisa buscou levantar os avanços na área, e identificar os pontos a serem aprofundados. Uma vez que na literatura sobre federalismo e cooperação encontra-se fracionado em outras áreas como economia, é necessário um esforço concentrado sobre o tema. Portanto, é apropriado explorar a quantidade e qualidade das pesquisas realizadas na área, com o objetivo de mapear as características da produção científica, identificar a evolução da pesquisa nas áreas, assim como os principais autores, periódicos, países e trabalhos que foram realizados e impactaram a área.

Diante desse contexto, este artigo teve como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre federalismo e cooperação baseada em cienciometria, a fim de mapear, clusterizar e traçar a historiografia do tema identificando os drivers e tópicos norteadores dos últimos 28 anos. O universo analisado foram os artigos publicados na base de dados Web of Science no período de 1994 a 2022, em razão de ser uma base abrangente que absorve estudos nacionais e internacionais de impacto. A metodologia adotada foi quantitativa com o apoio de três softwares: o Vosviewer; o Bibliometrix - pacote do software R; e o CitNetExplorer. A partir desses softwares, três técnicas principais norteiam o desenho metodológico da pesquisa: Análise de clusters, Mapas de densidade e Histografia do campo. Assim, é possível apontar os seus drives e identificar lacunas no tema que podem auxiliar no desenvolvimento de futura pesquisa.

2 FEDERALISMO E COOPERAÇÃO

A definição de federalismo não se limita a uma formação de um único conceito. Montesquieu (1979) definiu o federalismo como uma sociedade que contém convenções de vários corpos políticos, os quais pretendem se tornar parte de um Estado maior. Trazendo o federalismo para uma vertente mais contemporânea, ele é compreendido como uma forma de organização de poder político no Estado Nacional que tem como característica a dupla autonomia territorial, onde existem dois níveis territoriais autônomos de governo, um central e outro descentralizado (Soares, 2013).

A construção do federalismo se dá diante de acontecimentos históricos que ocorreram em países como EUA Alemanha e Suíça. A primeira formalização no século XVIII foi como um meio intermediário entre federalismo e estado-unitário quando as treze colônias norte-americanas se tornaram independentes (Pelayo *apud.* Ribeiro 2018). Porém, foi apenas em 1718 que surge formalmente um regime federalista nos Estados Unidos, logo após a sua independência. Em seguida, países como a Suíça em 1848 e Alemanha em 1871, passam a adotaram modelos de federação semelhante ao modelo americano.

A influência de modelo de federalismo adotada é dada pelas suas origens. Denominados de modelos e classificados como federalismo de origem centrífuga, quando parte do poder central para periferia, e o federalismo de origem centrípeta quando parte da periferia para o poder central. O modelo adotado pelos EUA centrípeta, onde com a união de diversos Estados soberanos ele agrega um movimento entre eles para o governo central.

O modelo adotado pelos EUA passou por transformação que passa a ser adotado também países como Alemanha, Suíça, onde as realidades de cada país ou continente convergem para um modelo de federalismo associado à cooperação. Como ocorreu com a União Europeia, que buscou uma integração a nível de continente a fim de obter ganhos coletivos para cada país.

De acordo com Abrucio e Sano (2013), a organização política -territorial é um dos aspectos mais importantes para o funcionamento das democracias. Por isso, a organização territorial se torna importante para expansão do Estado e a descentralização dos entes é uma forma de poder aos entes subnacionais de forma democrática.

De forma geral, sua definição no campo de pesquisa sobre federalismo é de um pacto de um determinado número de unidades territoriais autônomas com vistas a finalidades comuns ou a forma de organização implantada nos Estados Unidos, resultante da união territorial do poder de colônias para formar um Estado (Costa *et al.* 2010). Apesar de uma definição geral, o modelo de federalismo se diferencia, mas a lógica é a mesma.

Já em países como Alemanha, Suíça entre e países que fazem parte da composição da União Europeia adotaram uma abordagem regulatória em seu modelo de federalismo, devido à integração entre os países membros. Se aproveitam dos poderes nacionais dos estados centrais para fins conjuntos europeus, como destacado por Genschel e Jachtenfuchs (2015). Isso resulta em uma interferência da União Europeia no federalismo, mesmo quando o poder central é atribuído ao governo federal, as regulamentações da União Europeia exercem influência.

O federalismo cooperativo surgiu em resposta à necessidade de atender às demandas sociais e se estabeleceu como uma alternativa para resolver problemas práticos, baseando-se na possibilidade de desenvolver ações compartilhadas entre os diferentes níveis de governo. Nessa relação, é possível estabelecer objetivos comuns, ao mesmo tempo em que são respeitadas as diferentes abordagens para alcançá-los, levando em consideração as distintas realidades territoriais e populacionais de cada ente federativo. Dessa forma, nesse sistema é fundamental manter uma independência de ação, preservando as particularidades locais (Costa et al. 2010).

No federalismo brasileiro, o modelo cooperativo é previsto em sua constituição, sua prática acaba distorcida resultando em um federalismo de competição. A Constituição estabelece um regime normativo, político plural e descentralizado, no qual se entrelaçam novos mecanismos de participação com um modelo institucional cooperativo e recíproco, ampliando o número de atores capazes de tomar decisões (Cury 2006).

Para Abrucio & Sano (2013), a cooperação e o federalismo só ocorrem de forma isolada se houver: a) uma forte identidade regional; b) uma ação indutiva do governo federal ou estadual; c) decisões tomadas em prol da cooperação. Conclui-se, que mesmo com a cooperação entre os entes federativos, surgem arenas públicas de decisão que acabam gerando competição, e as regras vigentes conduzem a um modelo competitivo.

Em síntese, existe uma fragmentação do tema, portanto, é necessária uma reflexão sobre o tema de forma conjunta sobre o federalismo e cooperação no campo de pesquisa. Por isso, é perceptível a necessidade de uma agenda de pesquisa sobre o tema que contribua para a melhoria do tema.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Bibliometria é uma técnica quantitativa e estatística com a finalidade de medir os índices de produção e disseminação do conhecimento científico (Araújo 2006). Um dos focos da Bibliometria se concentra em analisar a produção científica existente sobre determinado tema. Ela se desenvolve a partir da preparação de leis empíricas sobre a estrutura da literatura acadêmica (Egghe 2005). Dessa forma, Vanti (2002) destaca três das suas principais leis: a Lei de Lotka (Lei do Quadrado Inverso); a Lei de Zipf (Lei do Mínimo Esforço); e a Lei de Bradford (Lei de Dispersão).

Lotka demonstrou que poucos autores produzem muitos artigos científicos e muitos autores produzem um pequeno número de artigos. A Lei de Zipf segue o mesmo raciocínio lógico da lei anteriores, uma pequena quantidade de palavras é utilizada com grande frequência

e uma grande quantidade de palavras é utilizada com pouca frequência (Araújo 2006). A lei de Bradford relaciona a dispersão de artigos por periódicos. Ela considera que poucos periódicos contêm uma concentração de artigos relevantes de determinada área e muitos periódicos possuem poucos artigos sobre determinada área (Nicolaisen & Hjørland 2007).

3.1 Desenho metodológico

Para este estudo foi realizada uma revisão de literatura, classificando-se como uma análise cienciométrica (Serenko *et al.* 2010) utilizando a bibliometria. Utilizou-se técnicas quantitativas para analisar a produção científica sobre o tema Federalismo e Cooperação, onde pretendia-se obter a situação do conhecimento por meio da produção registrada em determinada base de dados. A base de dados utilizada foi a Web of Science (WoS) por ter uma estrutura acessível para uso em diferentes softwares, além de ter importantes periódicos nacionais e internacionais. A forma estabelecida foi ter no título a palavra-chave “*Federalism and cooperation*”, desde as primeiras publicações até o ano de 2022. A busca foi feita em 09 de outubro de 2022, a base foi refinada de 562 achados delimitando as áreas de administração pública, política e economia obtendo um resultado depois do refinamento de 342 artigos.

Para realizar a análise dos dados foi utilizado os seguintes softwares: software R através do Bibliometrix que fornece um conjunto de ferramentas para pesquisa quantitativa em bibliometria que na análise realiza o mapeamento de estrutura conceitual (Aria & Cuccucullo 2017). Para expandir mais algumas análises, foi utilizado os softwares CitNetExplorer e VOSviewer, são dois aplicativos Java gratuitos, projetados por Van Eck e Waltman, para analisar e visualizar redes de citações de coleções científicas.

No primeiro momento utilizou-se uma análise das principais produções, autores e impacto e países e evolução do tema nos países e autores, feito pelo bibliometrix. Em um segundo momento da análise, buscou visualizar as redes bibliométricas de co-ocorrência de palavras-chave através do software VOSview. Em um terceiro momento, buscou-se identificar os principais drives teóricos e as principais redes, indicando a trajetória temporal por área utilizando o CitNetExplorer.

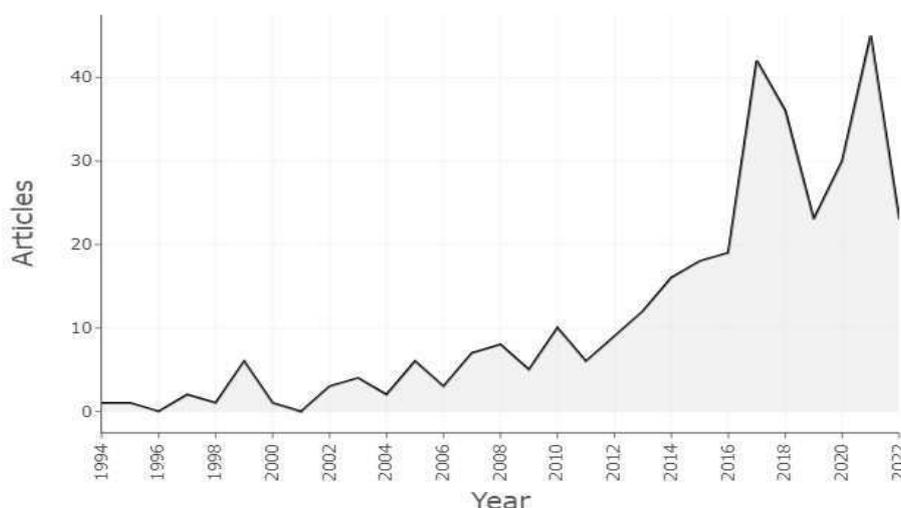
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa são apresentados em duas subseções, inicialmente identifica o comportamento da literatura sobre federalismo e cooperação, e em seguida verifica-se a ocorrência de redes bibliométricas e a historiografia por área.

4.1 Tendências da produção científica sobre federalismo e cooperação

A Figura 1 é composta com os dados obtidos através da pesquisa na plataforma web of Science, delineando a quantidade de pesquisas em federalismo e cooperação, foi posto em evidência o ano de 2021 como o ano de maior publicação. Os 342 artigos científicos indexados na base Web of Science (WoS), durante o período de 1994 e 2022, evidenciam que houve um aumento das publicações a partir do ano de 2010.

Figura 1- Produção científica sobre federalismo 1994/2022.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023

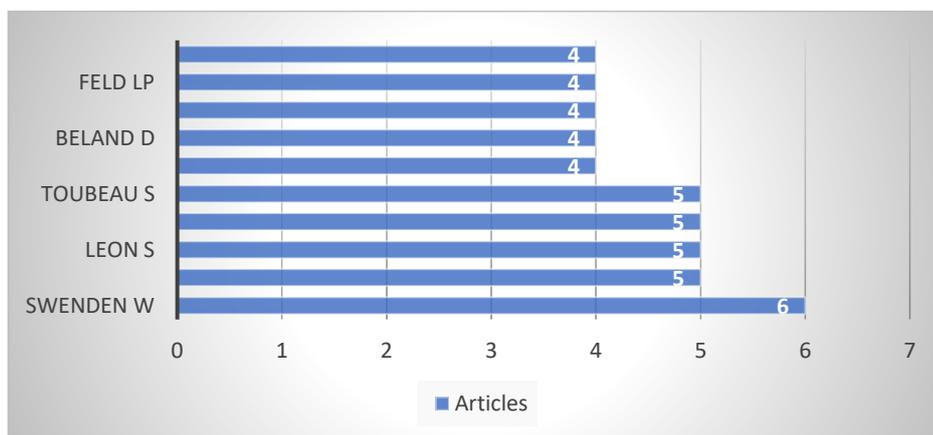
De acordo com a Figura 1, entre os anos de 2011 e 2012 o tema sofreu uma oscilação decrescente. No entanto, foi a partir de 2013 que ocorreu um crescimento sobre o tema, e mantida até 2021. Embora sua oscilação nos últimos anos tenha ocorrido de forma crescente, sua média no período 1994 a 2022 é baixa.

Quanto à Figura 2, a produção por autores, os mais produtivos foram identificados dentro de um universo de 571, extraído da mesma base de dados da web of Science de produção sobre o tema. Optou-se por escolher os dez que mais produziram. Os resultados apresentados na Figura 2 são compostos da seguinte forma: 5 autores produziram uma média de 4 artigos, 4 autores escreveram 5 artigos, apenas 1 autor escreveu 6 artigos.

Entre os autores mais produtivos se destaca a produção de Swenden W., que teve uma produção de 6 artigos no total. O autor é da universidade de Indian and South Asian Politics, e pesquisa sobre comparative federalism, governance of divided societies. Toubeau S. também desenvolve investigação e ensino em política comparada, é Professor Assistente na Escola de Política e Relações Internacionais. Também, muito utilizado por trabalhar o federalismo no

contexto de concorrência. Feld L. P. tem sua pesquisa concentrada nas políticas econômicas e fiscais, no campo emergente da Nova Economia Política e na análise econômica do direito, e é do Walter Eucken Institute na Alemanha.

Figura 2-*Autores mais produtivos*

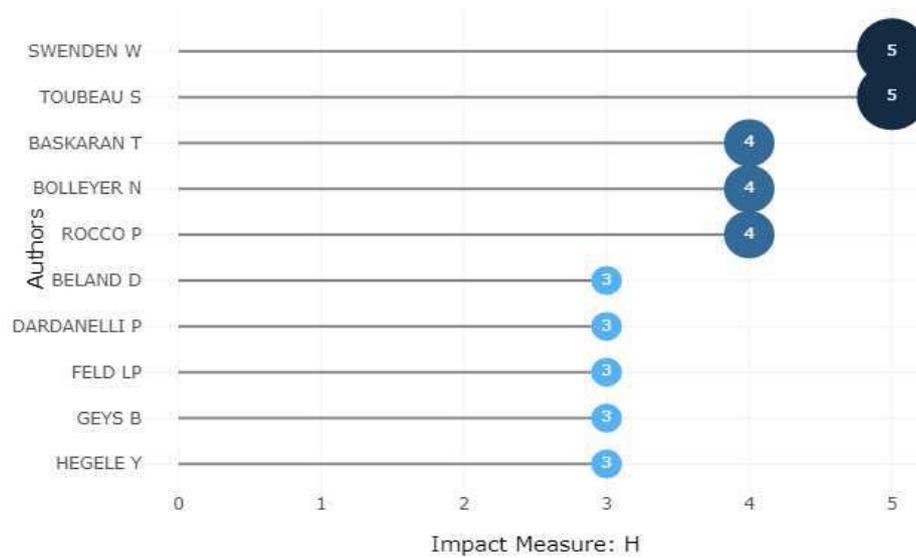


Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023

Do universo de autores da base de dados, 497 escreveram apenas um artigo, o equivalente a 87% dos autores, e 54 dos autores escreveram dois documentos, equivalente a 9%, já 12 autores escreveram 3 artigos, em percentual representa 2, %, 5 autores escreveram 4 artigos, 4 autores escreveram 5, 1 autor escreveu 6 artigos. Neste sentido, é possível observar o que afirma a lei de Lotka (1926), onde são poucos pesquisadores com uma produção maior, e muitos pesquisadores com baixa produção. Lotka (1926), que estabeleceu os fundamentos da lei do quadrado inverso, afirma que o número de autores que fazem n contribuições num determinado campo científico é aproximadamente $1/n^2$ daqueles que fazem uma só contribuição, e que a proporção daqueles que fazem uma única contribuição é de mais ou menos 60 por cento.

Neste sentido, no que se refere a produtividades dos autores é oportuno a ampliação do estudo quanto aos impactos deles, quais os autores de maior impacto? Neste quesito, a figura 3 apresenta o impacto por autores. O impacto é feito de forma individual pelos autores a partir da análise do índice H. Esse índice foi desenvolvido para analisar a combinação de produtividade do autor e seu impacto, também conhecido como h-index, que foi proposto por Hirsch (2005). O índice é baseado no conjunto dos artigos mais citados do cientista e o número de citações que receberam em outras publicações. Diante disso, essa análise buscou identificar e quantificar a produtividade com base nos mais citados que impactaram.

Figura 3- Impacto do Autor.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023

Conforme ilustra na Figura 3, os dez autores que se destacam com maior impacto na produtividade sobre federalismo e cooperação. Se destacam Swenden W e Toubeau S por apresentarem maior impacto que os demais autores.

Os mesmos autores representados estão na Figura 2 como os autores mais produtivos, assim como Baskaran T e Bolleyer N, Fel LP, Rocco P e Beland D. Com exceção apenas de 3 autores que são: Dardaneli, Gey B, P, Hegele Y não estão entre os dez mais produtivos na Figura 2. Por fim, conclui-se que os principais autores que mais impactaram também foram os mais produtivos.

Referente às Instituições que mais produziram foram encontradas 395 instituições filiadas, ou seja, dentro deste universo de 342 artigos tiveram produção. A tabela 1 traz as dez principais instituições que mais produziram.

A tabela 2, expõe em evidenciar as 10 instituições com maior produção sobre o tema em análise. Ficando da seguinte forma: a Universidade de Edinburgh na Escócia a que mais produziu sobre federalismo e cooperação. Compatibiliza com o autor que mais produziu apresentado na Figura 2 e impactou sobre o tema, Swenden W pertencente à universidade de Edinburgh.

As universidades listadas na tabela 2 correspondem somente a 2,53% da representação de todas as universidades que compõem a amostra, o que demonstra interesse da comunidade

acadêmica em discutir sobre federalismo e cooperação em diversas universidades ao redor do mundo, o que pode ser um indicativo que o tema apesar de ser consolidado não se encontra saturado.

Tabela 2- *Universidades que mais produziram*

Afiliações (Universidades)	Artigos
UNIV EDINBURGH	24
MARQUETTE UNIV	14
UNIV OXFORD	13
UNIV YORK	12
UNIV KONSTANZ	11
INDIANA UNIV	10
UNIV BARCELONA	10
UNIV BERN	10
ARIZONA STATE UNIV	9
KINGS COLL LONDON	9

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

Na tabela 3 está demonstrado a classificação dos dez artigos mais utilizados nas referências do ranking, e seus respectivos autores com o ano da publicação. O artigo intitulado “*The joint-decision trap: lessons from german federalism and european integration*”, de autoria de Fritz w. Scharpf (1998) foi o documento sobre o tema federalismo e cooperação. Foi publicado na Public Administration Vol. 66 Autumn 1988 (239-278) 1988 Royal Institute of Public Administration, obteve 762 citações. O autor desenvolveu um ensaio teórico, abordando as armadilhas do federalismo no caso alemão, discorrendo sobre o contexto histórico e trazendo debate sobre as escolhas coletivas institucionais. Concluindo assim que possível testar a hipótese da 'armadilha da decisão conjunta' sob uma variedade extremamente ampla de condições institucionais. O artigo ressalta a oportunidade oferecida por tais estudos empíricos para identificar mais precisamente aqueles fatores que são capazes de influenciar as mudanças de estilos de decisão, da 'negociação' à 'solução de problemas' e vice-versa, em sistemas de decisão conjunta como o caso Alemão.

Artigo 2 mais citado, “*The Dilemma of Fiscal Federalism: Grants and Fiscal Performance around the World*”, autor é Jonathan Rodden, ele foi publicado em 2002, na *American Journal of Political Science*, Vol. 46, No. 3. Este artigo foi citado 263 vezes. O autor realizou um estudo de caso acerca do desafio enfrentado por governo central diante da indisciplina fiscal de governos subnacionais. É um estudo de caso em um único país, de acordo com o autor foi gerado muita informação útil ao realizar análises quantitativas transnacionais. Ele esclarece sobre o federalismo fiscal dentro de um contexto das transferências tributárias e o endividamento dos governos subnacionais.

O artigo 3, “*Economic integration, democracy and the welfare state*”, autor *Fritz W. Scharpf*, *Published online: 04 Feb 2011 Journal of European Public Policy*, 4:1, 18-36, citado 233 vezes. Ele debate as dificuldades dos estados de bem-estar europeus diante da integração econômica. Neste sentido, o debate tenta compreender as relações dos Estados membros da União Europeia diante das políticas econômicas territoriais face à democracia. Este trabalho trata de uma abordagem diferente às da cooperação e federalismo, mas sim de uma integração entre países e seu contexto econômico interno.

O artigo 4, *Reviving Leviathan: Fiscal Federalism and the Growth of Government*, do autor Jonathan Rodden, mesmo autor do segundo artigo mais citado, trata de federalismo fiscal. Sua abordagem levanta explicações de escala fiscal com uma nova perspectiva e novos dados. Com sua famosa hipótese "Leviatã", Geof frey Brennan e James Buchanan postulam que total intrusão do governo na economia deve ser menor, ceteris paribus, quanto maior a extensão em que impostos e despesas são descentralizados. Busca compreender através de evidências o federalismo fiscal e as relações intergovernamentais.

Os artigos 5, 6 e 7, 8 e 9 tratam das relações institucionais de cooperação de países da União europeia, em face de uma construção social de identidade mesmo em Estados Nação multivariado. Com abordagens semelhantes no que se refere a construção de uma identidade coletiva, a institucionalização no processo de transformação, análise das relações econômicas e busca de um Estado de bem-estar. São 2 estudos teóricos e 3 empíricos. Estes artigos não tratam de federalismo de uma forma específica porque estão concentrados em compreender a construção das relações institucionais.

O artigo 10, entra no campo de debate de federalismo em seu contexto histórico no Canadá. Utilizando como reflexões debates desde a comparação com o federalismo americano e o risco de obsolescência do federalismo da américa latina. Por fim, este estudo traz

compreensão sobre o federalismo separando por continente e suas necessidades de mudança de acordo com cada continente, como resposta ao anti-federalismo trazida por outros estudos.

Tabela 3-Ranking dos documentos mais citados

Item	Documento	Autor	Publicado	Total de citações
1	THE JOINT-DECISION TRAP: LESSONS FROM GERMAN FEDERALISM AND EUROPEAN INTEGRATION	Fritz w. Scharpf	Public Administration Vol. 66 Autumn 1988 (239-278) 0 1988 Royal Institute of Public Administration	762
2	The Dilemma of Fiscal Federalism: Grants and Fiscal Performance around the World	Jonathan Rodden	American Journal of Political Science, Vol. 46, No. 3 (Jul., 2002), pp. 670-687 Published by: Midwest Political Science Association	261
3	Economic integration, democracy and the welfare state	Fritz W. Scharpf	Published online: 04 Feb 2011 Journal of European Public Policy, 4:1, 18-36	233
4	Reviving Leviathan: Fiscal Federalism and the Growth of Government	Jonathan Rodden	Published online: 27 October 2003 in Reviving Leviathan International Organization, 57, pp 695-729	215

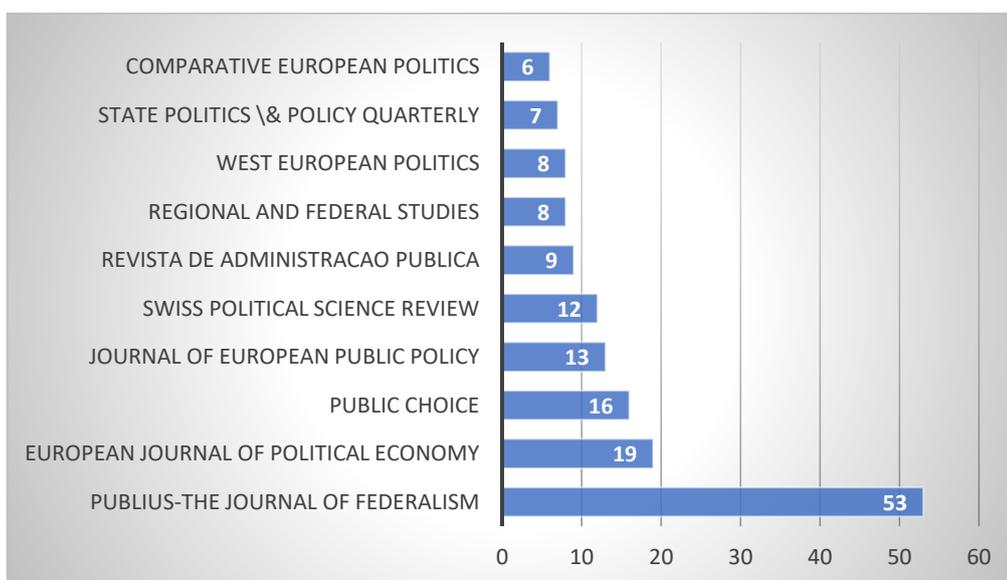
5	Constructing Europe? The evolution of French, British and German nation state identities	Martin Marcussen, Thomas Risse, Daniela Engelmann-Martin, Hans Joachim Knopf and Klaus Roscher	Published online: in 1999, J EUR PUBLIC POLICY	134
6	Can Institutions Build Unity in Multiethnic States?	ZACHARY ELKINS, JOHN SIDES	American Political Science Review Vol. 101, No. 4 November 2007	110
7	The Color of Devolution: Race, Federalism, and the Politics of Social Control	Joe Soss, Richard C. Fording, F. Schram B	American Journal of Political Science, Vol. 52, No. 3, July 2008, Pp. 536–553	103
8	More integration, less federation: the European integration of core state powers	Philipp Genschel & Markus Jachtenfuchs	Published online: 18 Jun 2015. Journal of European Public Policy, 2015	97
9	Embeddedness and Regional Integration: Waiting for Polanyi in a Hayekian Setting	Martin Höpner and Armin Schäfer	International Organization / Volume 66 / Issue 03 / July 2012, pp 429 - 455	83

10	The Governments and Societies of Canadian Federalism	ALAN C. CAIRNS	Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique, X:4 (December/decembre 1977)	73
----	--	----------------	---	----

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022.

Na Figura 4, buscou identificar os periódicos de acordo com sua produtividade. Dentro de um universo de 118 periódicos foi apresentado os 10 que mais produziram.

Figura 4-Periódicos mais produtivos

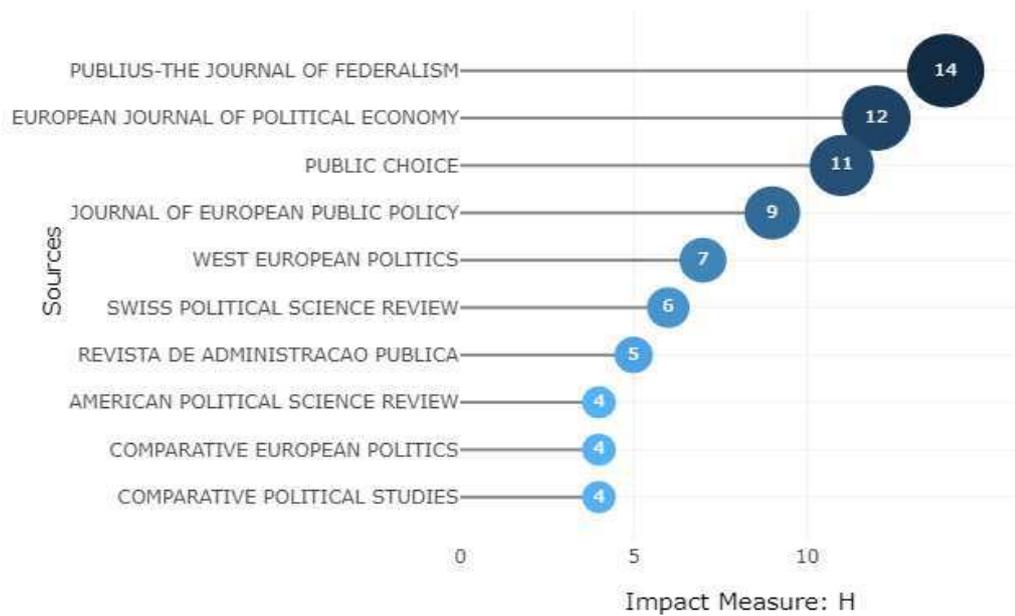


Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023

Foi identificado que o periódico com mais produtividade foi *publius-the journal of federalism* com 53 publicações, logo em seguida veio *o european journal of political economy* com 19 artigos, o *public choice*. Os demais periódicos possuem uma produção entre 13 e 6 artigos. O que conclui que o *publius-the journal of federalismo* é o periódico de maior expressão.

Comparando os impactos dos periódicos com os que mais produzem a Figura 5 mensura os periódicos que mais impactam.

Figura 5-Periódicos de maior impacto

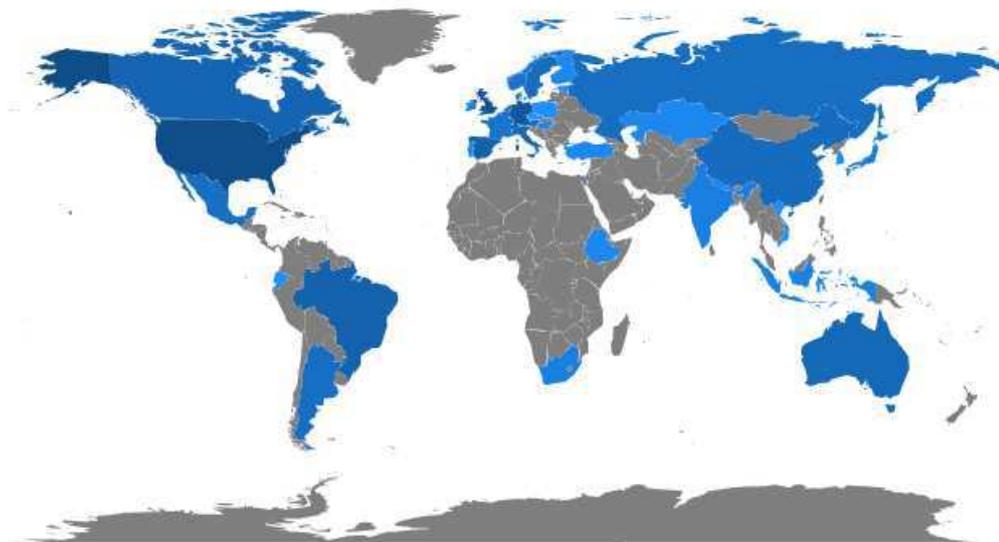


Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022

De acordo com a figura 5 os periódicos que mais impactaram são *publius-the journal of federalism* com h – 14, o *european journal of political economy*, h-12, e o *public choice*, h-11. Os demais periódicos possuem uma produção entre 13 e 6 artigos. O que conclui que o *publius-the journal of federalismo* é o periódico de maior expressão. Com exceção apenas de *Comparative Political Studies* e *American Political Science Review*. Deste modo os oitos periódicos mais produtivos foram também que mais impactaram.

A Figura 6, a seguir, apresenta os países que têm uma maior produção científica, utilizando a base de dados desta pesquisa. Dentre as cores azuis, representam quanto mais escura mais produção o país tem. Dentro de um universo de 41 países que produziram sobre federalismo e cooperação, apresentamos os dez que mais produziram.

Figura 6-Produção científica por países.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023

De acordo com o mapa os USA (292) se destaca como o país que mais produz. Logo em seguida UK (138) e Germany (118), Spain (50) e Switzerland (47), Brasil com (46), Canadá (37), Italy (32), Austrália (28), Belgium (28). Assim, como vimos nos principais trabalhos mais citados, a concentração de estudos sobre federalismo e cooperação em países que pertencem à União Europeia, se destaca entre os 10 países que produzem sobre o tema.

4.2 Análise de coocorrência de palavras

A seguir é apresentado o resultado da Análise de Coocorrência de palavras-chave dos autores que mais aparecem nos artigos tratados, com base na aplicação da Lei de Zipf (Figura 7). Gerando um mapeamento de cinco clusters associados ao tema federalismo e cooperação. Estes são derivados de um total de 1265 palavras-chave encontradas nos 342 artigos, porém ao se estabelecer o critério da palavra ter sido utilizada pelo menos 10 vezes, reduzem-se a 33 ocorrências, delineadas da seguinte forma:

Cluster 1 (Vermelho) centralizacion (10), competition (20), corruption (10), decentralization (53), fiscal decentralization (17), fiscal federalismo (29), gouvernement 28, growth (10), impact (12), political-economy (12). Este cluster tem uma das palavras centrais sobre federalismo, centralização, é a mais utilizada, 53 vezes. Este grupo trata o federalismo e seu contexto administrativo e seus aspectos estruturais necessário para compreender o federalismo desde seu estágio inicial as reflexões contemporâneas.

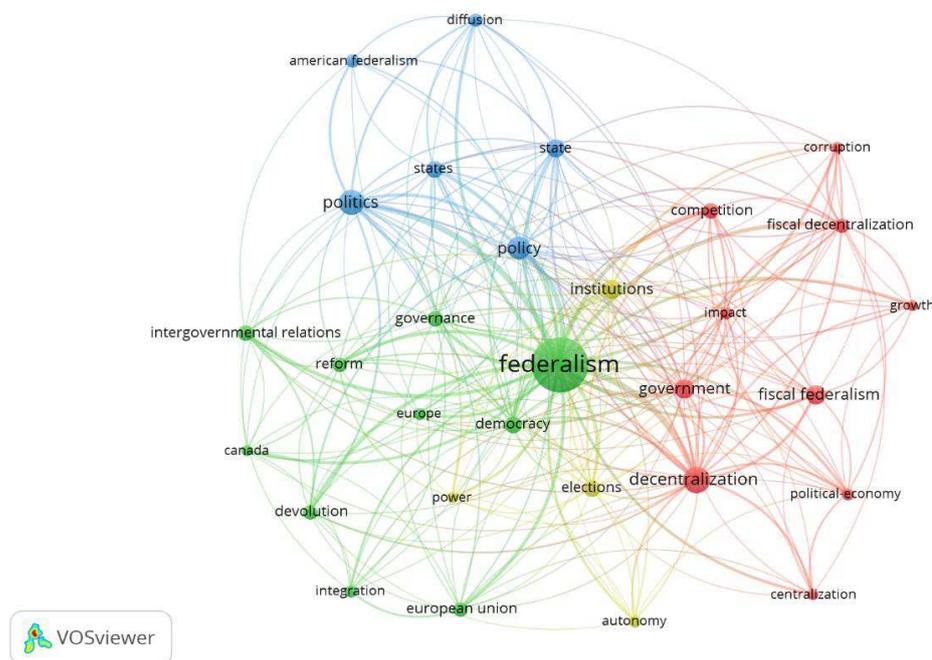
Cluster 2 (verde) Canada (10), democracy (23), devolution (16), Europe (11), europeu union (16), federalismo (226), governance (18), Inter governmental relations (18), integration

(11), reform (17). O cluster verde apresenta a palavra central do tema deste estudo, federalismo, foi utilizada 226 vezes. Este cluster são trabalhos que falam mais de relações intergovenamentais, mais precisamente em países da união europeia entre estudos sobre essas relações entre membros da União Europeia.

Cluster 3 (azul) american federalismo (14), difussion (13), policy (41), politics (47), state (24), states (22). Este grupo envolve estudos que debatem sobre o federalismo americano, comparado aos estudos de federalismo em países como Canadá, continente Europeu e Americano. Diversifica a perspectiva de entendimento do federalismo americano e dos demais países com olhares críticos aos estudos atuais.

Cluster 4 (amarelo): é composto por 4 palavras, como autonomy (11), elections (22), europe (11), institutions (30), power (10). Este pequeno grupo está relacionado a instituições, estudos de federalismo e cooperação que a instituição é destaque no entendimento das ações coletivas no federalismo. Em razão disso, é a palavra que mais ocorreu.

Figura 7-Clusters dos estudos sobre federalismo e cooperação



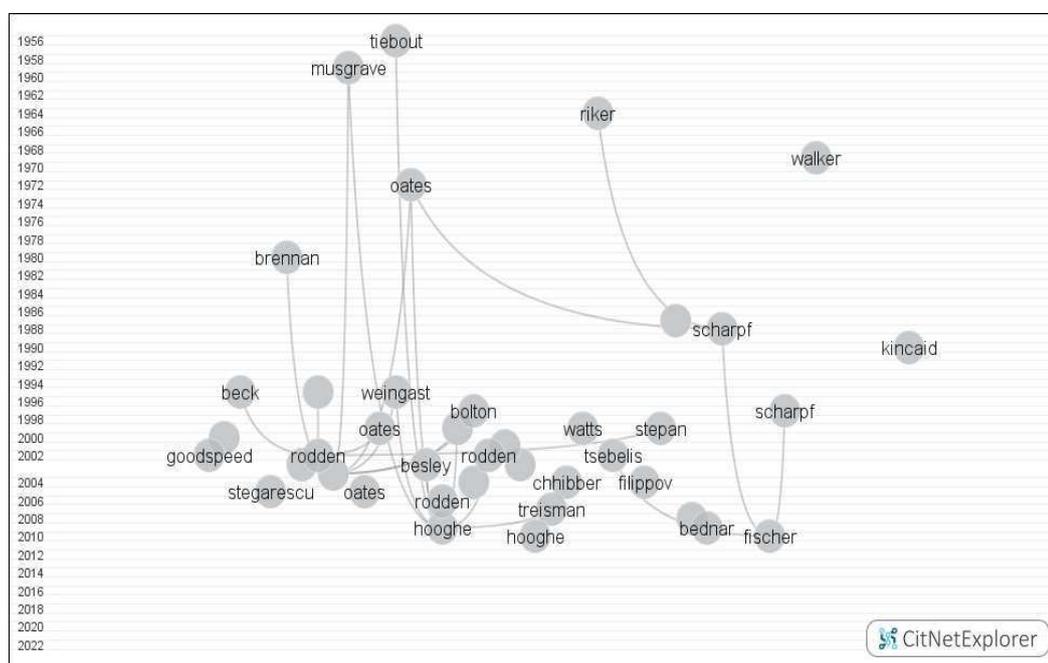
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023

4.3 Análise dos principais Drivers teóricos do Federalismo

Utilizando o mesmo banco de dados com objetivo de identificar a linha temporal dos principais estudos sobre o tema federalismo e cooperação, foi realizada uma análise historiográfica das redes bibliométricas de citação na Figura 8. Dessa forma, entende-se que este tipo de análise permite conhecer os principais autores que contribuíram para a construção no campo de conhecimento do tema investigado. Para isso, foi utilizado o Software CitNetExplorer com o objetivo de identificar o percurso do tempo.

Figura 8

Figura 8-Linha do tempo das publicações marcantes em Federalismo e Cooperação



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023

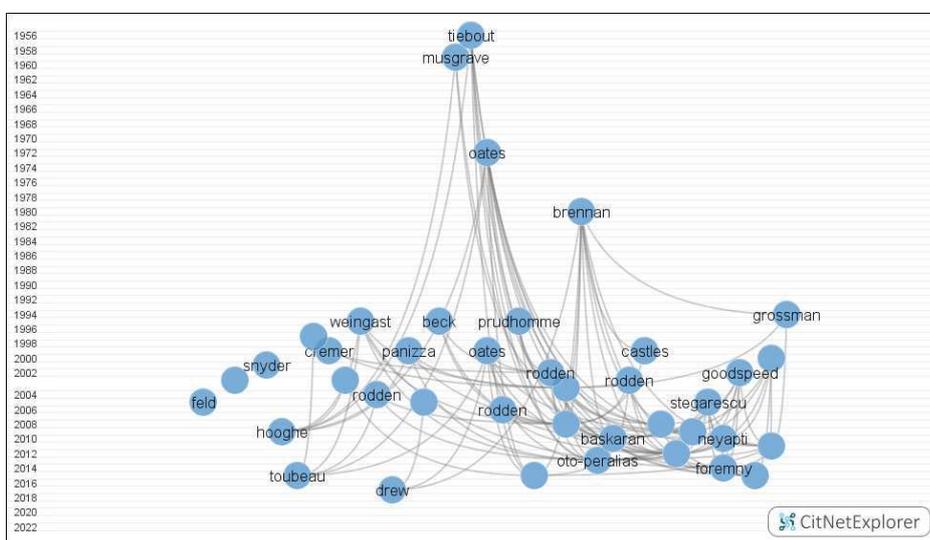
De acordo com a Figura 8 identificou-se um dos principais drives que direcionaram outros trabalhos, os autores como Tiebout que teve forte influência nos trabalhos de Weigast, Oates. Outro autor que influenciou Musgrave de forma direta foi o trabalho de Rodden em 2002. Também identificou que Riker influenciou trabalhos como o de Scharpf em 1998. Vale destacar que são trabalhos que trataram de federalismo fiscal.

Como o trabalho de Tiebout (1956), *a pure theory of local expenditures*, de influência de teoria econômica apresenta a hipótese de que os bens devem ser oferecidos e consumidos de acordo com a capacidade das comunidades locais, ou seja, o município deveria investir em atrair consumidores potenciais. Riker em 1964, em seu trabalho *Federalism, Origin, Operation,*

Significance, o federalismo é apenas político, sua abordagem apresenta debate sobre como os homens se comportam racionalmente para barganhar.

Além da análise temporal foi feita uma análise de cluster. Onde foram feitas as possíveis interações entre os autores. Nessa interação foi estabelecido um critério mínimo de 10 interações, que gerou como resultado 5 clusters. Um dos principais clusters, o azul, é formado por 114 publicações, 402 links de citação no período de 1956 a 2022. Um dos principais trabalhos é o de Oates, em 1972 e 1999 e Tiebout em 1956. Neste cluster, percebe-se Tiebout, Musgrave e Oates como principais estudos que influenciaram outros estudos de forma direta e indireta. Os que estão ligados de forma vertical e os que sofrem as influências deles influenciam de forma horizontal.

Figura 9-Clusters principais dos estudos sobre Federalismo e cooperação



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023

Os demais clusters na Figura 9, secundários são compostos por trabalhos de 1965 a 2022, em um total de 167 publicações e 355 citações, são quatro clusters. No cluster verde é apresentado, Rilker em seu trabalho sobre federalismo em 1964 a Hooghe e Gary Marks com o trabalho *“Beyond Federalism: Estimating and Explaining the Territorial Structure of Government”*, publicado em 2012. Esse trabalho aborda questões O artigo estuda a distinção básica entre governo federal e governo unitário, se relaciona verticalmente com o estudo de Rilke, *Origin, Operation, and Significance: The Federalism of William H. Riker*.

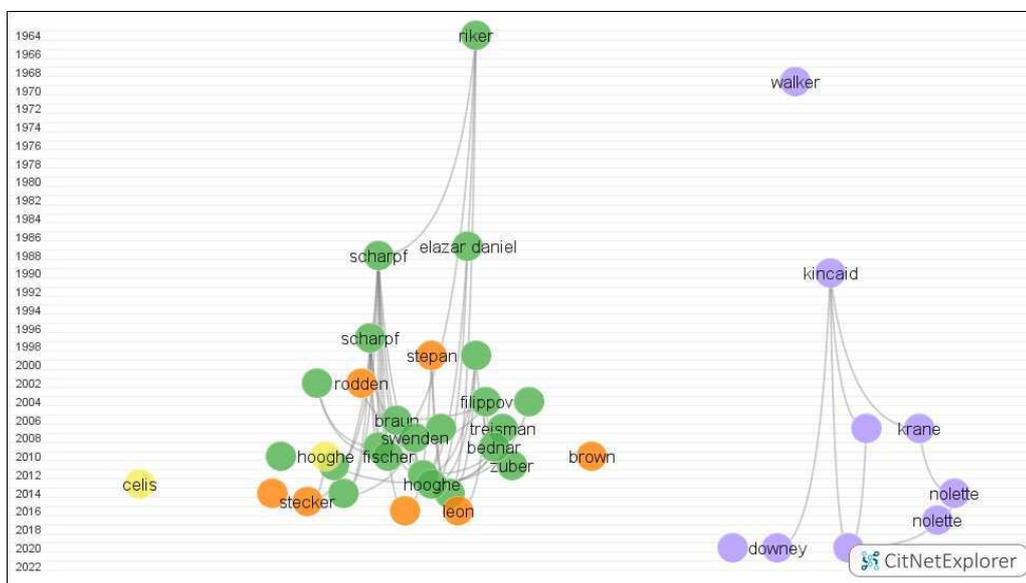
O trabalho é um dos seminal sobre federalismo. Apresenta as origens dos sistemas federais como uma barganha entre líderes políticos com preocupações expansionistas e militaristas. Ele argumentou que os Estados Unidos eram um sistema federal politicamente

centralizado desde a sua fundação. Ele vinculou o grau de centralização nos sistemas federais ao grau de centralização entre seus partidos políticos.

O cluster roxo não tem relação direta ou sofre influência diretamente vertical do principal estudo sobre federalismo. Este cluster são estudos que tratam do federalismo americano. Kincaid em seu estudo principal neste cluster trabalha o federalismo cooperativo, a concepção reinante do federalismo americano de 1954 a 1978. Kraner influenciado verticalmente kincaid trabalha as demarcações e avaliações de períodos específicos do federalismo americano normalmente concentram a atenção nas relações nacional-estado e ignoram as atividades independentes dos 50 estados. É o cluster que trabalha mais o federalismo e as relações intergovernamentais.

O cluster de cor laranja traz trabalhos que discutem o federalismo dentro de uma abordagem mais contemporânea. Seu principal drive é Stepan em seu trabalho sobre *Federalismo e democracia: além do modelo americano, publicado em 1999*, que sofre influência direta de outros drives como Rilker e Elazar Daniel do cluster verde. São trabalhos teóricos e práticos que envolvem temas de gestão. Economia e democracia no federalismo.

Figura 10-Historiografia das redes dos clusters secundários dos estudos sobre federalismo e cooperação



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2023

Já o cluster amarelo apresenta é composto por um grupo pequeno e ainda mais recente, basicamente de estudos publicados entre 2007 e 2021. São estudos relacionados a políticas e organizações teóricos e práticos. Suas temáticas não se classificam como federalismo, mas sim do debate do federalismo dentro de outros temas transversais.

Diante desta análise, observa-se que o campo de pesquisa sobre federalismo e cooperação foi concentrado no cluster roxo (Figura 10) que aplica suas pesquisas no federalismo Americano. O principal cluster (Figura 9) apresenta a evolução do tema federalismo direcionado para o federalismo fiscal. Verifica-se uma inserção do tema em estudos mais recentes em temáticas transversais como política e democracia. Um avanço de debate evolutivo sobre o federalismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou demonstrar as principais contribuições na literatura sobre federalismo e cooperação nos últimos tempos entre 1994 a 2022.

Com o objetivo de mapear os estudos teóricos e práticos sobre o tema, foi feita análise das principais da produção e impacto, autores mais produtivos e que impactaram, principais trabalhos e países que mais produziram, assim como periódicos e instituições que mais produziram. Além disso, foi feita uma análise de co-ocorrência de palavras-chaves, da histografia das redes bibliométricas de citação, identificando o caminho temporal da estrutura sobre o tema.

Dos resultados encontrados, percebe-se que ocorreu o aumento na produção sobre o tema a partir de 2017. Apesar do federalismo ser um tema mais disseminado, associado a cooperação só ocorre depois que a cooperação passa a ser um fenômeno de ocorrência maior em países como EUA, Austrália pertencente a União Europeia como Alemanha, Espanha e Inglaterra.

No que se refere à produção por autor, países e periódicos, constatou-se que os dez autores mais produtivos, também eram os autores que mais impactavam. Os periódicos mais produtivos eram periódicos pertencentes a Universidades de países que fazem parte da União Europeia, também coincide com as Universidades mais produtivas os autores que mais impactaram. Nota-se uma concentração em países que pertencem à União Europeia sobre o tema.

No campo de co-ocorrência de palavras, foram identificados quatro cluster, divididos entre cores, onde se destaca o cluster vermelho, pela palavra que mais se repetiu como o federalismo, que traz estudos sobre a estrutura do tema, em particular os principais conceitos de federalismo. Os demais clusters, apresentam a estrutura do tema no campo de federalismo e cooperação, instituições e economia em estudos teóricos e empíricos no Continente Europeu e da América Central, acaba por muitas vezes a abordagem de temas como relação e integração Europeia se confundirem com federalismo e cooperação.

No que se refere aos drives teóricos, verificou-se que em 1956, um dos primeiros trabalhos no campo da teoria econômica, voltado para a teoria de gastos públicos locais. O trabalho influenciou outros autores, voltados ao campo da teoria econômica e abordagem do federalismo fiscal. Apenas Rilker em seu trabalho sobre federalismo em 1964 a Hooghe e Gary Marks com o trabalho “*Beyond Federalism: Estimating and Explaining the Territorial Structure of Government*”, publicado em 2012, trouxeram o tema sobre o federalismo discutindo a sua estrutura no contexto não apenas financeiro territorial, mas inserindo, debate da centralização e descentralização, democracia, e as relações institucionais dentro do federalismo, além das mudanças territoriais que ocorreram na União Europeia nesta linha de tempo. Em consequência, vem uma visão mais contemporânea sobre federalismo e cooperação, embasada na escolha racional das instituições.

Por fim, os achados indicam que a pesquisa contribui para ressaltar que o tema federalismo e cooperação progrediu nos últimos sete anos de forma integrada, com o esforço das pequenas colaborações de diferentes pesquisadores, em países como Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos, mas influenciado por pesquisadores da área de ciência econômica.

Seus achados contribuem ainda para revelar tendências na publicação destas pesquisas e observar o interesse em se pesquisar sobre federalismo e cooperação a nível mundial, e a importância que a comunidade acadêmica brasileira precisa conferir sobre o tema, contribui também para a disseminação e melhor compreensão de federalismo e cooperação. Além de fomentar o debate sobre o uso da Lei de Lotka como instrumento de predição sobre esta temática. A publicação desta pesquisa se mostra importante para a literatura sobre o tema, serve de material para futuros pesquisadores e oportuniza o desenvolvimento da pesquisa sobre federalismo.

CAPÍTULO 2

**Federalismo Brasileiro e Cooperação: Caracterização do Municípios
brasileiros por região, a luz da ação coletiva institucional**

FEDERALISMO BRASILEIRO E COOPERAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS POR REGIÃO, À LUZ DA AÇÃO COLETIVA INSTITUCIONAL

RESUMO

O artigo tem como objetivo descrever as principais características dos municípios brasileiros baseado no modelo da teoria da ação coletiva institucional. É um estudo de natureza descritiva, realizando uma análise descritiva das principais características dos municípios brasileiros de acordo com a ação coletiva institucional por região. Para realizar este estudo foi utilizada uma base de dados constituída através de dados secundários que foram extraídos de acordo com as características da ação coletiva institucional: comunidade, política e estrutura foram norteadoras para composição dela. Os resultados mapearam a realidade daqueles municípios que trabalham de forma cooperada, diferenciando-se daqueles que não trabalham de forma cooperada nas principais regiões do Brasil. Conclui-se que as características dos municípios que cooperam confirmam a teoria da ação coletiva de homogeneidades endógenas, e as regiões que existem mais consórcios são região nordeste, sul e sudeste. Sua contribuição para a literatura possibilita um entendimento das principais características dos municípios consorciados no Brasil.

Palavras-chave: Federalismo. Ação coletiva. Federalismo Fiscal.

ABSTRACT

The article aims to describe the main characteristics of Brazilian municipalities based on the institutional collective action theory model. It is a descriptive study, carrying out a descriptive analysis of the main characteristics of Brazilian municipalities according to institutional collective action by region. To carry out this study, a database constituted through secondary data was used, which were extracted according to the characteristics of the institutional collective action: community, policy, structure were guiding for its composition. The results mapped the reality of those municipalities that work in a cooperative way, differing from those that do not work in a cooperative way in the main regions of Brazil. It is concluded that the characteristics of the municipalities that cooperate confirm the theory of collective action of endogenous homogeneities, and the regions where there are more consortia are the northeast, south and southeast. Its contribution to the literature enables an understanding of the main characteristics of the consortium municipalities in Brazil.

Keywords: Federalism. Collective Action. Fiscal Federalism.

1 INTRODUÇÃO

O federalismo teve sua apresentação no Brasil desde a época da república, quando inserido as ideias de federalismo dentro do movimento republicano que buscava liberdade (Souza & Carvalho 1995). Dos principais interesses do movimento, a distribuição de poder entre as regiões era parte da carta de declaração de liberdade. Apesar de apenas no século XX com a constituição de 1988 é que de fato um federalismo é implementado no Brasil. Portanto, o federalismo tem um papel importante na construção do Estado brasileiro no tocante à estrutura institucional.

Como característica dos federalismos, a descentralização de poder entre os entes federados era popularmente revertida no sentido de democracia, contrária à centralização que trazia o sentido de autoritarismo (Arretche 2005). Como consequência disso identificou-se que após a constituição de 1988, ocorreu um aumento nos números de municípios no Brasil IBGE (2018), visto que, a autonomia trazida para os Estados e municípios requer deles uma sustentabilidade financeira, o equilíbrio das receitas e despesas e eficiência na prestação de serviço.

Dentro dessa estrutura de federalismo o papel do governo central é de regular sobre os gastos dos entes regionais, estados e municípios através de transferências e repasses baseado na arrecadação e algumas características dos municípios. Em consequência, o município se apresenta no desenho federativo como entes autônomos assumiram um papel principal na implementação de políticas públicas locais, mas com dependência na execução de despesas e financiamento de suas receitas (Silva 2010).

Diante da autonomia, o aumento da responsabilidade trouxe também o aumento de municípios que não suportaram a sustentação da autonomia financeira (Brito 2017). Constataram a crescente dificuldade dos municípios em obterem autonomia financeira e executarem políticas públicas. No entanto, a constituição não é a única garantia ao cumprimento do pacto federado, a existência de outros mecanismos é necessária como as relações intergovernamentais de arranjos coletivos (Arretche 2010).

Neste sentido, as relações intergovernamentais de arranjos coletivos podem trazer eficiência na oferta de serviços públicos (Post 2002). Seus benefícios são percebidos pela teoria da ação coletiva institucional (ACI) por Feiock (2004). A teoria busca entender as motivações e formas com as quais os arranjos voluntários de governanças descentralizadas surgem e evoluem com o tempo para resolver os problemas regionais.

A sua estrutura se concentra nos arranjos institucionais formados por atores para abordar problemas de ação coletiva (Feiock 2020). Assim, a teoria da ação coletiva (IAC) representa uma série de escolhas voluntárias pelos entes subnacionais que esperam obter benefícios líquidos, menos custos com a sua colaboração. Em sua estrutura, a teoria aborda que as características das localidades são determinantes para a decisão de fazer parte de arranjos intergovernamentais.

As ações coletivas institucionais no Brasil são representadas por consórcios. O consórcio público evoluiu a partir da década de 90 com o advento da lei nº 11.107/2005, lei que instituiu o consórcio público. No decorrer desses anos, alguns municípios participaram de consórcios na prestação de serviço específicos e outros deixaram de participar de acordo com dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Com o advento da descentralização trazida pela constituição de 1988 e o aumento no número de municípios, a existência de uma forte desigualdade regional no Brasil, levando em consideração que as regiões do Brasil apresentam características que divergem em seus diversos aspectos, sejam social, econômico, político e institucional. Tendo em conta o aumento dos consórcios públicos como mecanismo de resposta dos entes regionais as dificuldades de gestão individual, a ACI pontua os interesses dos municípios para cooperarem dependem das características da comunidade, instituição política e bem comum, sua probabilidade de participar de algum consórcio nas mais diversas áreas está associado a característica do município.

Diante do exposto, este estudo buscou identificar qual a característica dos municípios brasileiros por região, de acordo com a ação coletiva institucional? Tendo como objetivo descrever as principais características dos municípios brasileiros baseado no modelo da teoria da ação coletiva institucional.

Dessa forma, a pesquisa se justifica por serem encontrados na literatura trabalhos, em sua maioria, analisando as características sem considerar as comparações por regiões do Brasil a luz na ação coletiva. Além de que a descrição das características está relacionada aos municípios consorciados e não consorciados.

Este artigo tem a contribuição acadêmica que reside na possibilidade de um melhor entendimento da ação coletiva institucional nos municípios brasileiros, proporcionando um mapeamento da atual situação dos municípios.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Federalismo Brasileiro

No contexto histórico brasileiro, o federalismo surgiu como alternativa à centralização política e administrativa no período colonial e imperial, predominando uma concepção de tirar o poder unitário central e descentralizá-lo. A primeira Constituição Brasileira em 1824 já apresentou algumas ações que encaminhavam para o modelo de federalismo, houve delegação de poderes administrativos das 16 províncias existentes no Brasil. Historicamente o federalismo foi institucionalizado nas constituições de 1891 e 1988 (Souza & Carvalho 1995).

Apenas a partir da Constituição de 1988 que ocorre a garantia que o pacto federativo seja cumprido no Brasil. Ela inibe autoritarismo de governos centrais e arbitrariedade por parte dos entes federados, através de regras e suas divisões de competência do Estado brasileiro. Sua regra de ouro é a busca da compatibilização do autogoverno com a interdependência, por via primordialmente deste pacto, mas também por outros mecanismos institucionais (Abrucio & Sano 2013).

A constituição de 1988 em seus artigos 1º e 18º, trouxe o pacto federativo que compõem um conjunto de regras constitucionais que determina as obrigações financeiras, as leis, a arrecadação de recursos e os campos de atuação da União, dos estados e dos municípios. De acordo com Arretche (2007), regular sobre finanças de governos sublocais é uma matéria de grande relevância, e por isso não pode ficar nas mãos dos governos locais essa decisão.

As teorias existentes de um estado nação eficiente nos permite obter resultados distintos em um estado federativo (Arretche 2007), entre elas, a teoria institucional, mas especificamente a escolha pública. Seguindo esta linha, o trabalho de Tiebout (1956) defende a política de jurisdição como um federalismo de concorrência, baseado na teoria da escolha pública como um modelo eficiente. Neste modelo, o papel dos governos locais é de buscar cliente, ou seja, potencial, cidadão ativo e empresas contributivas.

Ainda nesta linha, Dye (1990) defende que o federalismo competitivo entre os entes (dos estados com a União e deles entre si) têm como consequência a melhora na prestação de serviços e o incentivo à inovação na execução de políticas públicas. Este modelo de concorrência por esses autores é alinhado com a estrutura de mercado, que propõe eficiência e resultados econômicos.

Para esses autores, não existe um entendimento que os governos centrais operacionalizam de forma eficiente políticas redistributivas de bem-estar- social. E sim uma política distributiva voltada a determinados grupos específicos. De forma que os governos

locais ao focalizarem em políticas distributivas estão fadados ao clientelismo regional (Arretche,2010).

Uma terceira escola apresenta uma visão de federação eficiente, onde o estado geral, ou seja, a Nação é condutora de uma política extensionista em todo território, mas também reguladora e estabelece os fundamentos estruturais do equilíbrio entre cidadania social e diversidade regional (Banting & Corbett 2002, p. 22).De acordo com esta teoria, os papéis regulatório e redistributivo do governo central seriam mecanismos necessários para obter cooperação entre jurisdições (Arretche 2010).

Em uma comparação com a teoria de Tiebout (1956), liberalista, se diferencia de uma política regulatória pelo governo central, onde as regras fiscais e execução de políticas são executadas pelo governo central. A política regulatória, apresenta uma forma de evitar políticas clientelistas e falta de recursos financeiro local. Portanto, não elimina as consequências causadas por concorrência entre governos locais e desigualdade.

O estudo de Arretche (2010) analisa que as teorias institucionais nos permitem esperar três distintos resultados em estados federativos em relação à desigualdade de políticas entre as jurisdições. Os resultados indicam que através de mecanismos institucionais produzem também concorrência entre os entes federados, que, por sua vez, leva a uma desigualdade entre eles, que são supridas através de políticas bismarckianas de complementação para reduzir a desigualdade.

De acordo com Costa *et al.* 2010, o federalismo brasileiro é visto como um modelo cooperativo que surgiu com a necessidade de atender às demandas sociais e foram criadas alternativas para resolução de problemas práticos, direcionando-se pela possibilidade de desenvolver ações compartilhadas entre os níveis de governo.

Para os autores como Abrucio (2005) e Sano (2008) o federalismo fiscal com suas regras constitucionais estabelecidas pelo pacto federativo levam a competição. A trajetória recente do federalismo brasileiro foi marcada pela ampliação da competição entre as unidades subnacionais na disputa por investimentos industriais privados e pelo enfraquecimento das políticas públicas da União no sentido de reduzir as disparidades econômicas entre os estados e entre os municípios brasileiros.

Em razão disso, fez surgir novos municípios com o fim de obter autonomia financeira. Considerando-se que eles são incentivados a executarem e gastarem as transferências que recebem, estabelecido no pacto federativo na Constituição de 1988, onde foi criado o Fundo de

Participação dos Municípios (FPM), e fez crescer o número de municípios de até cinco mil habitantes nos anos de 1988 a 2015 de acordo com a tabela 1.

Tabela 4-*Classes populacionais dos municípios brasileiros*

Classe Populacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1-Até 5.000	77	231	377	438	134	1.257
2-5001 até 10.000	80	366	383	260	114	1.203
3-10.001 até 20.000	106	565	361	224	92	1.348
4-20.001 até 50.000	115	449	288	159	85	1.096
5-50.001 até 100.000	43	120	109	58	19	349
6-100.001 até 500.000	25	52	129	47	18	271
Universidade Cedar						
7- Maior que 500.000	4	11	21	5	5	46
Total	450	1.794	1.668	1.191	467	5.570

Fonte: Elaboração própria, dados extraídos do IBGE (2018)

Através das informações na tabela 4, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível notar que no ano de 2018 foram registrados no país 1.257 municípios com população de até 5.000 habitantes, 1.203 municípios com 10.000 habitantes, e 1.348 cidades com população de 10.001 a 20.000 habitantes. De acordo com Abrucio (2005), do universo de 5.570 municípios, 68% dos municípios são pequenos, e possuem dificuldades de sobrevivência apenas com seus próprios recursos.

Diante disso, cresce o desafio dos municípios na prestação de bens e serviços com dificuldades para obter equilíbrio financeiro depois de sua autonomia. E procuram meios e mecanismos para manter o pacto além da constituição, através de arranjos institucionais (Abrucio & Sano 2013).

2.2 Ação Coletiva Institucional

O processo de cooperação horizontal requer um consenso dos governos locais para que haja regionalização da entrega de bens públicos. É nessa vertente, que a teoria da escolha racional procura apresentar uma explicação sobre como uma coletividade atinge um determinado consenso sobre como, por quem e quais bens públicos serão ofertados. Assim, compreende que as próprias especificidades subjacentes aos bens públicos qualificam o processo de decisão coletiva (Prates 2012).

Neste artigo, a revisão de literatura privilegiou a discussão do tema federalismo e cooperação no âmbito horizontal. Nesse campo, foi feita a revisão de literatura sobre federalismo e sua evolução histórica, em uma abordagem constitucional e institucional. Assim, o intuito é compreender a escolha institucional no cenário brasileiro, uma vez que este apresenta um desenho federativo indutivo a escolha coletiva.

A abordagem da escolha racional é dialogada em uma linha de segunda geração, ou seja, de forma institucional, onde as decisões ocorrem de forma institucional. A primeira geração trata de forma mais individual, onde os indivíduos têm informação completa, preferencial e procura maximizar os benefícios, utilizado no mercado econômico, configurações políticas através de eleição.

Nas últimas décadas, constatou-se que algumas pesquisas transcorreram na primeira e segunda geração da escolha racional. Seus principais autores Gordon (1954), Olson (1965) e Hardin (1968) investigaram a lacuna que existia do dilema de ação coletiva voltado para questões de recurso comum associado à governança. Em um contexto mais sistêmico, Capelari (2017) e Ostrom (2005, 2011) se aprofundaram no desenvolvimento de uma estrutura institucional.

Na ação coletiva institucional o modelo de Ostrom apresentou os efeitos dos arranjos institucionais para procurar entender por que as instituições surgem e mudam ao longo do tempo. Seu conceito foi influenciado pelas teorias da escolha racional e pela teoria do bem comum de Ostrom (2002) até chegar a teoria da ação coletiva institucional de Feiock (2007).

A teoria da ação coletiva institucional (ICA) e avança ao tentar compreender o processo dinâmico de contratação política, quando dois ou mais governos agem conjuntamente para capturar ganhos de promover ou produzir serviços em uma área maior. Essa teoria procurou aliar a racionalidade dos atores aos aspectos institucionais, regionais intervenientes em um cenário de governança regional fragmentada (Nascimento 2019).

Os trabalhos mais importantes nesta direção é o de Feiock (2007), ao se propor a analisar as características destes acordos coletivos institucionais, onde não haja para o governo local, só ganhos conjuntos da provisão coletiva, mas também uma grande parte dos benefícios. Portanto, a probabilidade da cooperação depende do contexto da situação, tanto se o tipo de bem produz ganhos conjuntos e se as características da cidade levam a posições de negociação compatíveis.

Neste sentido, o pacto federativo pode contribuir para a cooperação, mesmo que o exercício da autonomia seja realizado individualmente pelos entes federados, baseado da

divisão de competência pode evoluir para uma ação coletiva, caracterizada em forma de consórcios públicos. Por fim, leva a formação de modelos de cooperação horizontal entre entes da mesma esfera que são moldados de acordos com decisões institucionais.

O modelo da ACI, avalia atributos que influenciam a decisão de cooperar, podem variar de acordo com suas características, neste contexto variam como questões demográficas, relações formais e informais, assim como mensuração de uma política pública. A preocupação central é com a compreensão dos fatores que impactam a percepção dos atores ligados ao poder público ao se tratar dos custos e benefícios nos acordos coletivos. Neste sentido, detalhamos os principais fatores que podem influenciar.

Característica da comunidade, a homogeneidade é um fator determinante, uma vez que a heterogeneidade pode ser uma barreira para cooperar, pois quanto maior a diferença, maior são os custos de cooperação (Feiock 2007). Para o autor quanto mais próxima for as características, maior é a possibilidade de haver decisão de cooperação institucional.

A homogeneidade demográfica resulta em uma dependência mútua entre os participantes, com o objetivo específico de resolver um determinado problema. Quando há uma condição econômica e social homogênea em uma cidade, isso a coloca em uma posição de barganha semelhante, o que permite uma divisão de custos mais equitativa. Por outro lado, em comunidades heterogêneas, é mais desafiador agregar preferências e responsabilizar os agentes envolvidos, o que pode levar a um aumento nos custos de comunicação.

H1 - As cidades com população menor, com baixo PIB, e baixo índice de desenvolvimento humano, por suas características são suficientes para fazer parte de consórcio público?

Em relação a característica da comunidade, os aspectos fiscais são consequência de falta de autonomia financeira. Uma forma de calcular a autonomia do Município IFGF. O Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) é utilizado para mensurar as práticas de gestão municipal. Este índice é elaborado pela FIRJAN a partir dos resultados fiscais das próprias prefeituras, disponibilizados anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Feiock (2007), observa em sua pesquisa que a possibilidade de um município que passa por dificuldades com stress fiscal são características comuns que impulsionam eles a participarem de um consórcio público. Ou seja:

H2 - Os municípios que não apresentam bons resultados do índice IFGF, tem maior interesse em participar de consórcios públicos.

A característica de transação do bem, trata do serviço a ser prestado, ou seja, o próprio bem comum. De acordo com a ACI de Feiock (2007), a característica do bem coletivo pode influenciar na forma de resolver o problema de oferta do bem. A escolha envolve três componentes principais: (i) as características do serviço; (ii) um conjunto de restrições externas; e (iii) as alternativas de produção disponíveis (Rodrigo *et al.* 2012). Entre as características, o custo de transação de oferta do bem pode ser uma das razões que influenciam, assim levanta-se a seguinte hipótese:

H3 - A probabilidade dos custos de transação do bem comum ser maior e ter mais probabilidade de acordo governamentais.

Estrutura de redes políticas, delegação de responsabilidades de serviço a uma infinidade de autoridades e arenas políticas podem fornecer resiliência e capacidade de resposta às necessidades locais (Oakerson & Parks 2011), mas também produz Ação Coletiva Institucional (Feiock *et al.* 2010).

O modelo da ICA ao se referir a característica de instituições políticas apresenta as razões de permanência nos cargos, por parte dos gestores dentro da instituição política. Dentre as razões de permanência se justifica pela semelhança das instituições políticas dentre as unidades do governo em uma região facilita a troca porque os atores tendem a se agrupar com outros de valores, normas, características e crenças (Carrley 1991; Sabatier 1999). A partir da característica institucional os mandatos prolongados podem proporcionar proporcionalmente a reeleição de seus gestores. A partir disso, propõe-se:

H4 - A probabilidade dos gestores municipais que fazem parte dos acordos coletivos intergovernamentais, está relacionado positivamente com o grau de formação e com a permanência no cargo pela reeleição?

2.3 Consórcios Públicos Intermunicipal no Brasil

Os desafios estabelecidos para os municípios de problemas comuns, diante do modelo de descentralização de políticas públicas, têm trazido o aprendizado institucional e os níveis de governos entenderem o quanto é limitado o modelo descentralizador (Abrucio & Sano 2013), o que tem causado mudança na adoção de um modelo sistêmico institucional, adotando a cooperação governamental. É deste cenário que avança a formalização de consórcio no Brasil.

Os governos locais de propósito geral são incapazes de aderir, resolver adequadamente eles próprios os problemas locais de bens coletivos. É mediante sub governos, ou seja, arranjos institucionais que se espera através de ações cooperativas o desenvolvimento de políticas públicas.

Um exemplo de indução a regionalização cooperativa no Brasil é o Sistema único de Saúde. Em especial, na área de saúde, o desenho institucional do SUS induz a cooperação via consórcios públicos por meio de coordenação Inter federativa, contribuindo, potencialmente, para a distribuição de benefícios coletivos, de modo descentralizado e sem comprometer a autonomia dos entes (Arretche 2012; Holzinger 2003). O mesmo não ocorreu com a política de resíduo sólido. Ao longo dos últimos treze anos tem ocorrido uma dificuldade de ser implantada pelos entes federados. Assim, é relevante a configuração de relações institucionais com o fim de entregar ações coletivas.

No Brasil, o parágrafo único do Artigo 23 da Constituição Federal, prevê que leis complementares estabelecerão normas de cooperação entre os entes federativos tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. Diante disso, a formalização dos arranjos institucionais se tornou crescente no Brasil a partir da década de 90. Com o advento da lei nº 11.107/2005. Conforme o Quadro abaixo.

Figura 11-Consócio Constituído por década

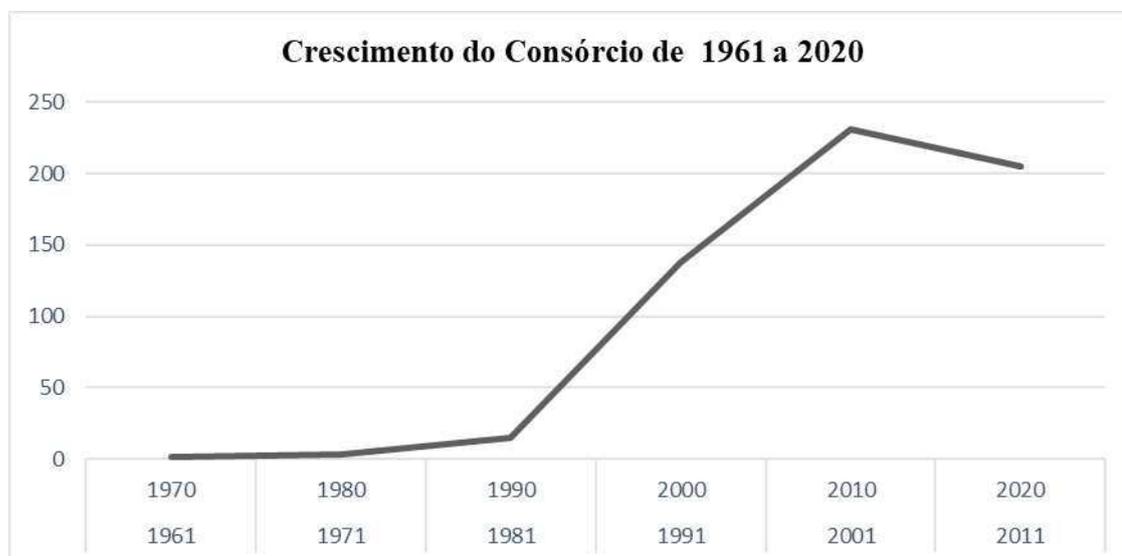
De	Até	Quantidade	Percentual
1961	1970	1	0,2%
1971	1980	3	0,5%
1981	1990	15	2,5%
1991	2000	138	23,0%
2001	2010	231	38,4%
2011	2020	205	34,1%
2021 em diante		1	0,2%
Sem Resposta		7	1,2%
Total		601	100%

Fonte: Confederação Nacional de Municípios (2021)

De acordo com a Figura 11, o crescimento dos consórcios públicos ocorreu até antes da constituição de 1988. Os Municípios no período de 2001 e 2011, obtiveram um maior crescimento. Com advento da nova lei de consórcios após a constituição de 1988, os Municípios são declarados entes federados autônomos. Com isso, a estrutura organizacional central passa por transformações. O aumento da descentralização faz com que a gestão de políticas públicas

pelos Municípios gere forte pressão aos governos locais. A evolução crescente do consórcio de acordo com a Figura 12 é um reflexo disso.

Figura 12-*Evolução de consórcio após a Constituição de 1988*



Fonte: Adaptado da CNM (2021).

De acordo com observatório da CNM (Conselho Nacional do Municípios), apontou que 601 consórcios públicos existentes no Brasil, sendo que, do total dos 5.570 Municípios brasileiros, identificou-se que 4.723 (84,8%) participam de pelo menos um consórcio. O ano com maior número de constituições é o de 2009, com 54 consórcios, seguido pelos anos de 2013 e 2010, respectivamente, com 52 e 48 novos consórcios. O consórcio mais antigo identificado foi constituído em 28 de abril de 1970.

O desenho institucional do federalismo, destaca um certo grau harmônico para a cooperação intergovernamental, e isso traz certo grau de complexidade nas relações entre governos (Nascimento 2019), ou seja, a frágil relação entre interdependência e pode causar vulnerabilidade no sistema federalista.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, procurou fazer uma análise descritiva das principais características dos Municípios brasileiros e suas regiões, baseado na teoria da ação coletiva. Sejam eles pertencentes a consórcio ou não, de acordo com a teoria da ação coletiva. Procurou descrever as principais características dentre elas características da comunidade, característica do bem comum, institucional e de estrutura. A amostra é composta por 5.569 municípios do Brasil.

Mesmo que em algum momento houvesse ausência de dados, o município foi mantido, as ausências foram pontuais.

Os dados empregados na pesquisa foram coletados, em sua maioria, no portal governamental SICONFI. O Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI constitui uma ferramenta pública destinada ao recebimento de informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais oriundas de 5.569 municípios, 26 estados, o Distrito Federal e a União. Além deles, coletou-se o IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, diretamente no portal FIRJAN. Informações relativas ao IDH, PIB, população foram extraídos do IBGE, os índices, o perfil do gestor público foi extraído do tribunal superior eleitoral, além disso também consultado a CNM Confederação Nacional dos Municípios foi extraído os municípios consorciados de resíduo sólido.

Para se testar as hipóteses em relação as características dos municípios a luz da teoria da ação coletiva. Foi utilizado os dados extraídos dos portais acima citados com objetivo de identificar as características econômicas e sociais dos municípios consorciados e não consorciados através dos índices como PIB, GINI e IDHN, também procurou identificar a autonomia financeira dos municípios através dos índices fiscais como IFGF, outra hipótese foi a mensuração do bem comum levantando os custos com a política de resíduo sólido que cada municípios teria, e por fim, a característica institucional buscou dados sobre a influência na formação dos gestor e permanência no cargo. Para realizar a análise descritivas através da interpretação dos dados levantados foi utilizado o software jamove versão 2.3.2

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Características dos municípios de acordo com a ação coletiva institucional: a) Característica da comunidade, a homogeneidade é um fator condicionante para os municípios fazerem parte de consórcio público; as principais caracterizações são: PIB, População, IDH, GINI e Financeiro; b) Característica instituição política, a probabilidade dos gestores municipais que fazem parte dos acordos coletivos intergovernamentais, está relacionado positivamente com a permanência no cargo pela reeleição; c) Estrutura de redes políticas, delegação de responsabilidades de serviço a uma infinidade de autoridades e arenas políticas podem fornecer resiliência e capacidade de resposta às necessidades locais ; d) Característica do bem comum. A probabilidade dos custos de transação do bem comum ser menor em municípios que fazem parte de consórcios governamentais;

4.1 Análise Descritiva do Cenário

A tabela 5, apresenta o número de municípios consorciados e não consorciado por região no Brasil. Dentro do universo da amostra de 5.569 municípios.

Tabela 5- Caracterização dos Municípios Consorciados e não consorciados por Região

Região	Consorciados e Não Consorciados	
	Não consorciado	Consorciado
NE	764	1029
SE	678	990
SUL	468	723
C. OESTE	85	210
NORTE	348	102

Fonte: Dados da autora, 2023

De acordo com a tabela 4, a distribuição por região apresenta uma forte concentração de consórcios na região do NE (Nordeste), e logo em seguida o SE (Sudeste) e o Sul. Já as regiões Centro Oeste e Norte possuem um número menor. De forma comparativa e entre Municípios consorciados e não consorciados, são as mesmas regiões que apresentam grande número de municípios consorciados os que apresentam os não consorciados, assim como as regiões que apresentam menos consorciados.

Em congruência com a literatura, as diferenças regionais são sanadas através da regulação federal que opera no sentido de proporcionar uniformidade entre as regiões (Arretche 2010). Diante disso, as decisões provenientes do governo central visam reduzir a autonomia plena dos municípios, com a crença que as alocações de recursos forem utilizadas em prioridades as políticas sociais pode acarretar desigualdades entre municípios.

A tabela 5 pretende descrever população dos municípios, os índices econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB), social, Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDHM) e índice de desigualdade de renda (GINI) nos municípios consorciados e não consorciados.

Tabela 6- Índices de Desenvolvimento Econômico e Social

	Consortiado/Não Consortiado	População	PIB	IDHM	Gini
N	Não consorciado	2343	2343	2079	2342
	Consortiado	3054	3054	2827	3049
Média	Não consorciado	48004	22804	0.659	0.510
	Consortiado	29425	23703	0.667	0.498
Mediana	Não consorciado	12294	16285	0.667	0.510
	Consortiado	11536	17652	0.674	0.498
Desvio-padrão	Não consorciado	323765	24995	0.0764	0.0708
	Consortiado	78134	23748	0.0672	0.0627
Mínimo	Não consorciado	1118	4788	0.418	0.284
	Consortiado	776	4901	0.483	0.285
Máximo	Não consorciado	12325232	583172	0.847	0.808
	Consortiado	1653461	419457	0.862	0.797

Fonte: Dados da autora, 2023

Os resultados da tabela 5 demonstram uma média da população maior em municípios não consorciados. No que se referente ao PIB, representando se mostra maior naqueles municípios que fazem parte de consorcio. Já os índices sociais apresentam IDHM com uma média maior nos municípios consorciados, e o Gini segue com uma média maior nos municípios não consorciados.

No tocante ao erro padrão, se mostra maior na amostra de municípios não consorciados. Assim como o desvio padrão apresentado maior na amostra de municípios não consorciados. Os valores máximos da população, do PIB e do índice Gini se expressam nos municípios não consorciados. Por outro lado, o IDHM tem o valor máximo nos municípios consorciados. Isso mostra uma forte concentração de renda e um maior PIB nos municípios não consorciados e o desenvolvimento humano nos municípios consorciados.

Conclui-se que os municípios consorciados têm apresentado um PIB maior, mas com um índice de desenvolvimento humano baixo, ou seja, quanto mais se aproxima de 1 o índice tem menos desenvolvimento humano, na questão de desigualdade de renda esses municípios consorciados apresentas uma menor desigualdade que os não consorciados.

Condizente com a teoria da ação coletiva (ICA), no que se refere a característica da comunidade. Em resposta à hipótese 1 que propõem que as *idades com população menor, com baixo PIB, e baixo índice de desenvolvimento humano, por suas características são suficientes para fazer parte de consórcio público?* Condiz com a teoria da ação coletiva que afirma que as características econômicas, sociais e políticas das populações da comunidade moldam as preferências para bens públicos e ajudam a determinar os ganhos potenciais e custos de transação da cooperação (Feiock, 2007).

Por fim, as características apresentadas demonstram que os municípios consorciados possuem melhor PIB, menos desigualdade e menos desenvolvimento humano do que aqueles não consorciado e menor população.

A tabela 6 expõe a autonomia financeira dos municípios consorciados e não consorciado através do índice IFGF. É um índice de autonomia financeira composto por composto por quatro indicadores que são autonomia, gastos com pessoal, liquidez e investimentos.

O índice IFGF é composto por liquidez, autonomia, gastos com pessoal e investimentos. Ademais, o IFGF varia entre 0 e 1, sendo classificado em 4 categorias: Conceito A (gestão de excelência), IFGF superior à 0,8; Conceito B (gestão boa), IFGF entre 0,6 e 0,8; Conceito C (gestão em dificuldade), IFGF entre 0,4 e 0,6; Conceito D (gestão crítica), IFGF entre 0 e 0,4.

Tabela 7- Índice de Autonomia Financeira

	Consortado/ Não Consortado	IFGF 2016	IFGF 2017	IFGF 2018	IFGF 2019	IFGF 2020
N	Não consorciado	2218	2285	2263	2283	2191
	Consortado	2897	2976	2918	2976	2884
Média	Não consorciado	0.453	0.391	0.436	0.471	0.535
	Consortado	0.473	0.418	0.468	0.492	0.551
Erro-padrão da média	Não consorciado	0.00415	0.00429	0.00433	0.00431	0.00452
	Consortado	0.00348	0.00353	0.00371	0.00368	0.00386
Mínimo	Não consorciado	0.00214	0.00	0.00313	0.0131	0.00317
	Consortado	0.0108	0.00322	0.00510	0.00265	0.0126
Máximo	Não consorciado	1.00	0.959	1.00	0.989	1.00
	Consortado	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00

Fonte: dados autora 2023

A tabela 6 demonstra que a média do indicador de autonomia financeira apresentada pelos municípios consorciados no intervalo de 2016 a 2020 ficou na faixa de desempenho bom conforme classificação do índice.

Os valores atingidos comparados aos municípios consorciados significam que com suas médias maiores que os não consorciados, representam o uso dos recursos que provêm de outras esferas de governo por meio de transferências intergovernamentais. Em 2019 e 2020 foram os anos que obtiveram melhor desempenho.

Como resposta a proposição h2, *os municípios que não apresentam bons resultados do índice IFGF, tem maior interesse em participar de consórcios públicos.*

Uma característica da comunidade que representa a situação de autonomia fiscal do município tratada da teoria da ação coletiva como fator de decisão para os municípios fazerem parte de algum consorcio. Dessa forma, de acordo com a teoria, os municípios consorciados podem obter essa característica, (FEIOCK, 2007).

Conclui-se que a média de desempenho de autonomia financeira dos Municípios consorciados é superior à dos não consorciados. Retornos futuros da ação coletiva ou os benefícios esperados de colaboração, são fortemente influenciados pelo sucesso ou continuidade das ações coletivas no presente (OSTROM, 1990).

A tabela 7 demonstra a mensuração dos serviços, do bem comum ofertado pelo os municípios, a incidência do custo do serviço de resíduo sólidos ofertado pelos municípios entre duas possibilidades, o serviço executado pela própria prefeitura ou por alguma empresa de contratada.

Tabela 7

Tabela 8- Despesas do Serviço Público de Resíduo Sólido

Despesas do Serviço Público de Resíduo Sólido

	Consortado/ Não Consortado	Incidência de despesas com RSU na prefeitura	Incidência de despesas com empresas contratadas
N	Não consortado	1893	1444
	Consortado	2552	1931
Média	Não consortado	3.04	46.6
	Consortado	3.06	46.9
Mediana	Não consortado	2.23	42.1
	Consortado	2.37	44.8

	Consortiado/ Não Consortiado	Incidência de despesas com RSU na prefeitura	Incidência de despesas com empresas contratadas
Desvio-padrão	Não consorciado	3.19	41.4
	Consortiado	2.79	40.6
Mínimo	Não consorciado	0.100	0.00
	Consortiado	0.0900	0.00
Máximo	Não consorciado	66.8	100
	Consortiado	32.3	100

Fonte: dados Autora, 2022

Observa-se uma caracterização de despesas na tabela 7 realizada pela prefeitura diferente da empresa contratada, percebe-se que os municípios consorciados apresentam característica de oferta do bem em comum com a contratação de uma empresa para ofertar o serviço. Por outro lado, as despesas dos consorciados com os não consorciados possuem uma média aproximada.

Assim, em resposta à proposição H-3, a *probabilidade do custo de transação do bem comum ser maior e ter mais probabilidade de acordos governamentais*, não é fator isolado de decisão que influencia para se consorciarem.

Por fim, o fator de despesas por indivíduo da política de resíduo sólido pode não ser um fator isolado de decisão no momento de cooperar, dentre as despesas serem feitas por prefeituras ou por empresas contratadas, é perceptível uma maior incidência de despesas realizadas pelos municípios cooperados e não cooperados.

A tabela 8 e 9 apresentam características do perfil dos gestores, quanto a reeleição dos gestores que fazem parte de consorcio comparando com aqueles e não fazem parte e quanto ao grau de instrução.

Tabela 8*Tabela 9-Perfil dos Gestores Públicos**Perfil dos Gestores Públicos*

REELEIÇÃO	Consortiado/ Não Consortiado	
	Não consorciado	Consortiado
Não	1916	2503
Sim	419	538

Fonte: Dados autora, 2021

No tocante a característica instituição política da ACI, os mandatos prolongados para gestores eleitos reduzem as incertezas e promovem a tomada de decisão com base nas considerações de longo prazo, o que leva a uma sustentabilidade de longo prazo dos contratos.

Neste sentido, a tabela 5 apresenta uma estrutura de perfil de gestores locais onde apresentam uma maior reeleição nos municípios que não estão consorciados. O que corresponde à hipótese H-4 negativa sobre probabilidade de os gestores permanecerem nos cargos estar relacionado com os acordos intergovernamentais.

Tabela 10-Perfil dos Gestores Públicos

	GRAU INSTRUÇÃO						
	ensino fundamental completo	ensino fundamental incompleto	ensino médio completo	ensino médio incompleto	lê e escreve	superior completo	superior incompleto
Não consorciado	141	123	595	55	19	1286	116
Consortiado	180	150	782	65	19	1709	136

Fonte: pesquisa, 2022

De acordo com a tabela 8, o número de prefeitos que possuem ensino superior completo é maior que nos municípios consorciados, assim também nos municípios. Grande parte da administração pública local, os gestores municipais profissionais compartilham de um conjunto

comum de treinamento, experiência, e orientação que conduza a valores comuns, e ênfase na eficiência e profissionalização que são reforçados pelas organizações profissionais da área (Feiock *et al.* 2003; Frederickson *et al.* 2004). Corrobora com a hipótese H-4 de que a formação do gestor é influenciada pelo compartilhamento de treinamentos e da administração local intergovernamental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão de literatura aqui apresentada sobre o tema federalismo e cooperação, a luz da ação coletiva institucional ressalta como achados importantes o consenso em torno do federalismo, não só pode levar a cooperação em seu formato constitucional atual, como também trazer o equilíbrio institucional. Esta pesquisa teve como objetivo descrever as principais características dos municípios brasileiros, a luz da ação coletiva institucional.

Buscou-se descrever a caracterização dos municípios de acordo com o modelo de ação coletiva institucional. A partir do estudo foi possível verificar os municípios cooperados e não cooperados por região do Brasil, as principais regiões que mais cooperam no Brasil, onde a região nordeste e sudeste apresenta um maior número de municípios consorciados.

Consequentemente, descreveu a caracterização da ação coletiva institucional no tocante a: Comunidades onde observou-se o número populacional, o produto interno bruto, os índices de desenvolvimento social, autonomia financeira, custo do bem comum.

Como resultado obteve a média de uma população menor em municípios consorciados, representando uma PIB e o IDHM com uma média maior nos municípios consorciados, já o índice Gini segue com uma média menor nos municípios consorciados. Conclui-se que os municípios consorciados têm uma população menor, baixo índice de desenvolvimento humano, e menos desigualdade de renda que os não consorciados.

A teoria da ação coletiva institucional apresenta as características fatores homogêneos que levam os municípios a participarem dos consórcios. Como população menor, baixo PIB, Índice de desenvolvimento humano baixo e desigualdade de renda assim como, dificuldades de autonomia financeira podem ser características dos municípios consorciados.

Dos achados que pactuam com a teoria da ação coletiva, são municípios com pior desenvolvimento econômico e social, existe a homogeneidade de característica de resultados, no entanto os municípios de pior desenvolvimento econômico não são aqueles que são consorciados.

A fiscal apresenta característica homogênea entre os municípios consorciados de acordo com a teoria ACI. Foi possível verificar que os municípios com melhores resultados são os consorciados, possuem médias de autonomia financeira maiores que os não consorciados.

No tocante a despesa do bem público, com a prestação de serviços, a média dos municípios não consorciados apresentam despesas menores, os consorciados possuem como características em comum realizar despesas através da contratação de empresa terceirizada. Portanto, menor custo, não é característica de decisão de fazer parte de um consórcio.

No tocante a característica instituição política da ACI, foi verificado o perfil do gestor público, seu grau de instrução e sua reeleição. Os resultados obtidos foram que os gestores de municípios que pertencem a consórcios tiveram reeleição em sua maioria, e possuem um grau de instrução mais qualificado. Neste sentido, as hipóteses de que a experiência do consórcio pode trazer treinamento e esforço em aperfeiçoamento do gestor e a possibilidade dos gestores se manterem nos cargos.

Por fim, foi apresentado a caracterização dos municípios brasileiros e a distribuição de consórcios de resíduos sólidos pelo território brasileiro. Sobretudo, pesquisado sobre a luz da ação coletiva institucional, e foi identificado características semelhantes entre municípios que participam de um consórcio público. Isso reitera as hipóteses levantadas pela ação coletiva institucional no tocante a algumas características podem fazer parte de municípios consorciados, como população menor, baixo índice de desenvolvimento humano e perfil dos gestores.

Em relação a participação por região é constatado que as regiões Nordeste e Sudeste representam maior número de municípios consorciados. Isso pode representar que a ACI apresenta que a fragmentação é um dos fatores que levam os entes subnacionais a participarem de consórcio público.

Por fim, destaca que as limitações deste trabalho é que ele não fez inferências estatísticas para obter resultados que se relacionam.

Sugere-se, desta forma para pesquisas futuras não apenas mapear e descrever mas também fazer inferências que capture os efeitos do federalismo fiscal na cooperação a luz da ação coletiva, analisando as transferências recebida pelos municípios.

CAPÍTULO 3

**O Federalismo Fiscal e sua interferência no stress fiscal na condução
a cooperação nos municípios brasileiros**

O FEDERALISMO FISCAL E SUA INTERFERÊNCIA NO STRESS FISCAL NA CONDUÇÃO À COOPERAÇÃO

RESUMO

Este estudo busca investigar como o modelo de federalismo brasileiro tem levado os municípios ao stress fiscal e conseqüentemente pode levar a cooperação. Utilizou-se a teoria da ação coletiva institucional para estimar os efeitos do federalismo fiscal no stress fiscal e verificar a relação que existe entre as variáveis dependentes dos municípios cooperados aos não cooperados por região no Brasil. Trata-se de uma pesquisa de natureza dedutiva em razão de partir de uma teoria para predizer a ocorrência do fenômeno. Os métodos utilizados foram técnicas estatísticas denominadas descritivas e testes inferencial e modelos estatísticos. Para análise dos dados foi feito modelo de regressão logística, método Stepwise. Os achados apresentam resultados significativos sobre o tema. O federalismo não só leva a cooperação, mas que a ação coletiva institucional apresenta uma forma de governos locais obterem ganhos coletivos, e que a variável região influência na decisão de cooperar. O artigo contribui para a literatura sobre cooperação dos municípios diante do federalismo fiscal brasileiro.

Palavras-chave: federalismo fiscal, stress fiscal, governos locais, cooperação.

ABSTRACT

This study seeks to investigate how the Brazilian federalism model has led municipalities to fiscal stress and consequently may lead to cooperation. The institutional collective action theory was used to estimate the effects of fiscal federalism on fiscal stress and to verify the relationship that exists between the dependent variables of cooperative and non-cooperative municipalities by region in Brazil. This is research of a deductive nature because it starts from a theory to predict the occurrence of the phenomenon. The methods used were statistical techniques called descriptive and inferential tests and statistical models. For data analysis, a logistic regression model was performed using the Stepwise method. The findings present significant results on the subject. Federalism not only leads to cooperation, but that institutional collective action presents a way for local governments to achieve collective gains. The article contributes to the literature on municipal cooperation in the face of Brazilian fiscal federalism.

Keywords: fiscal federalism, fiscal stress, local governments, cooperation.

1 INTRODUÇÃO

O federalismo fiscal pressupõe uma autonomia política e financeira, instituída por uma Constituição que determine a estrutura do Estado que implica na transferência de competências e de poder, e à distribuição de tarefas, através da fragmentação e segmentação de políticas públicas, com vistas a um maior controle político e social pelo poder central.

Na literatura, as teorias do federalismo fiscal mostram a possibilidade de maior eficiência produtiva (produção de bens e serviços ao menor custo) e eficiência alocativa (produção de bens e serviços que atendam às demandas dos moradores) em um sistema descentralizado em que os governos locais competem entre si (Oates, 1972; Tiebout, 1956). Nessa abordagem teórica, também denominada de primeira geração da teoria do federalismo fiscal, enfrentaria problemas de desigualdades entre os entes com menos recursos.

Estudos recentes, voltados para o federalismo fiscal, revelam que a teoria de concorrência entre os entes não só provoca a desigualdade entre regiões como comprova eficiência alocativa. Na literatura surge o federalismo fiscal de segunda geração como complemento à primeira geração, que busca uma distribuição mais equitativa de responsabilidade de recursos entre o governo central e os governos locais. É neste período que as hipóteses de que a descentralização diminui o tamanho do governo na economia, contribuindo para a estabilidade do sistema Federal (Ashworth et al., 2013; Persson & Tabellini, 1994).

No Brasil, o federalismo fiscal operacionaliza regulamentado pela Constituição Federal de 1988, que para garantir a autonomia dos entes federados, Estados e municípios foi feita uma redistribuição da arrecadação como forma de sanar a desigualdade regional existente. Portanto, foi devido a desigualdade entre as jurisdições que para as regiões desempenharem adequadamente funções governativas que deu origem à centralização na União das funções tributárias. (Arretche, 2010).

Observa-se assim que o federalismo fiscal detém influência sobre os governos locais, regulando principalmente na questão administrativa financeira. Representado no desenho constitucional, a sua composição se inicia desde a arrecadação de tributos à execução de suas despesas. Por fim, o governo central concentra uma parcela de poder da receita pública transferida para os municípios.

Na visão de Pacheco et al. (2018) citado por Cossio (1995), Ribeiro (1998), Moraes (2006), Orair e Alencar (2010) e Massardi (2014), avaliando o nível de esforço fiscal dos municípios; e Zuccolo Ribeiro e Abrantes (2008), Corrêa (2012), Costa (2012) e Lira (2013)

que apresentam a estrutura de financiamento dos municípios e crescente dependência das transferências governamentais e dificuldade de arrecadação própria, observa-se que isso leva a uma dificuldade de equilíbrio financeiro das despesas alocadas com as receitas arrecadada, vivendo assim em stress fiscal.

O conceito de stress fiscal é baseado em situações em que governos enfrentam uma forte pressão por gastos, mas não tem capacidade de arrecadar recursos para cobri-los (Clark, 1977; Stanley, 1980). No entanto, é importante destacar que as razões que levam ao stress fiscal na literatura são diferentes por diversos estudos, como crises financeiras, incapacidade do governo de se adaptar às mudanças ocorridas no ambiente de pressão (Dinapoli, 2013; Clark, 1977).

Nesse sentido, diante de um stress fiscal os municípios têm dificuldade de enfrentar a situação sem o corte de gastos, comprometendo assim a eficiência da ação pública, principalmente os municípios que pertencem a determinadas regiões com baixo índice social e econômico e com baixa população, os serviços de uma política pública não regulatório como a política de transporte, resíduo sólido se tornam maiores.

Diante disso, a cooperação regional entre municípios é uma forma deles por meio institucional conseguirem benefícios coletivos que os leva a enfrentarem as dificuldades que ocorrem em razão de sua dificuldade de manter oferta de bens e serviços, e equilíbrio de sua autonomia administrativa financeira.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo investigar como o federalismo fiscal brasileiro tem levado os municípios ao stress fiscal que conseqüentemente induz os municípios de determinadas regiões do país a participarem de algum consórcio. Pretende-se analisar especificamente as características dos municípios consorciados e não consorciados e qual região tem mais propensão de participar de consórcios, dentro dessas características são baseados na teoria da ação coletiva de Feiock (2004), destacamos a característica de stress fiscal.

Os resultados encontrados demonstram que não só federalismo fiscal leva a cooperação, mas que a ação coletiva institucional apresenta uma forma de governos locais obterem ganhos coletivos participando de consórcio público, independente de fazerem parte uma determinada região que tenha características homogêneas, no desenho da Constituição Federal de 1988. A escolha de fazer parte de uma região do país com características homogêneas, como stress fiscal, não influenciam.

Para futuras pesquisas, sugere-se uma atenção especial no tocante a relação de entre os municípios fazerem parte de consórcios e suas variáveis dependentes que podem influenciar

nos resultados do modelo. Observou-se que apesar do modelo ajustado final os resultados se mostrarem expressivos diante do tamanho da amostra, há ausência em períodos semelhantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Federalismo Fiscal e Equilíbrio Financeiro dos Municípios

A descentralização de um governo ocorre de forma política, administrativa e financeira, e sua importância ocorre devido sua participação na produção de políticas públicas e na socialização de cidadãos e políticos” (Abrucio & Sano 2013). Seu aspecto de distribuição tributária se destaca no campo do federalismo fiscal em razão desse aspecto estar relacionado não apenas com o equilíbrio fiscal e financeiro, mas também com a ação da política pública.

Assim, Almeida (1995) pactua com isso quando afirma que no tocante aos aspectos do federalismo fiscal, o modelo tributário e a equalização fiscal são variáveis fundamentais que definem o federalismo fiscal. Assegurado na constituição de 1988, a responsabilidade de arrecadar e alocar é dos entes federados, limitado pelas regulamentações dos governos centrais e suas decisões são vinculadas à coordenação do governo central.

Neste sentido, o ambiente em que ocorre a descentralização do federalismo fiscal apresenta uma dualidade no sentido de autonomia, por um lado a responsabilidade legal é estabelecida pelos entes, por outro lado o poder de decisão coordenado por um governo central. Logo, alguns autores como Tiebout (1956), Musgrave (1959), Oates (1972), Ashworth et al. (2013) e Persson e Tabellini (1994), buscam apresentar a teoria do federalismo classificada de 1º e 2ª geração, que entende que os entes deveriam ter uma autonomia de decisão e uma eficiência de alocação de recursos.

A teoria do federalismo fiscal é proveniente da pesquisa de Tiebout (1956), Musgrave (1959) e Oates (1972). Denomina-se de primeira geração, fundamentada na ideia de uma autonomia financeira e administrativa de cada ente, com propósito que eles sejam sustentados pelos seus recursos individuais. Consiste na distribuição de competências constitucionais fiscais entre os diferentes níveis de governo, para que cada um, de modo autônomo e na medida de suas competências e capacidades de financiamento, possa ser capaz de disciplinar os procedimentos de contribuição e gestão tributária, transferências fiscais, composição e dimensão da despesa (Silva, 2005).

Logo, os autores denominados de federalismo de 1ª geração esperam que as receitas e despesas alocadas para bens e serviços sejam escolhidas de acordo com o consumidor, o indivíduo contribuinte daquele ente local, um processo semelhante a teoria de mercado.

Por outro lado, a 2ª geração do federalismo fiscal representado pela escola da escolha pública que buscam resultados econômicos priorizam a alocação de recursos de forma eficiente. De forma que surgiram as relevantes pesquisas teóricas e empíricas sobre a validade da hipótese do Leviatã, segundo a qual a descentralização fiscal diminui o tamanho do governo na economia, contribuindo para a estabilidade do sistema federal (Ashworth et al., 2013; Persson & Tabellini, 1994).

A consequência da teoria do federalismo fiscal de Tibeout (1956) foi comprovada que esse tipo de federalismo causa a concorrência entre os entes e consequentemente desigualdades. O modelo adotado no Brasil busca uma forma de assegurar igualdades socioeconômica regionais e promovendo o bem geral da população (CF,1988). Isso ocorre através da centralização de tributos pelo governo central e consequentemente retorna em forma de transferência, como forma de corrigir a desigualdade e equilibrar a oferta de bens públicos e afirma um equilíbrio financeiro dos entes. (Da Cruz, 2006).

A descentralização implementada no Brasil, buscou uma aproximação entre o governo e o usuário das políticas públicas locais, através dos repasses de verbas como forma de amenizar as disparidades econômicas entre os entes federados, além de serem fomentadores de maior equidade entre os municípios (Suzart et al., 2018).

Adicionalmente a isso, como forma de assegurar o que foi estabelecido com a descentralização, o sistema de transferência pactuado pelo federalismo brasileiro apresenta dois tipos de transferência entre o governo central e os entes subnacionais. São as transferências obrigatórias definidas em legislação e normalmente, são participações na receita de determinados tributos por outro ente federativo. E as transferências voluntárias são realizadas por meio de convênio entre os entes envolvidos ou por instrumentos congêneres, tendo suas condições e finalidades estabelecidas por eles (Suzart et al., 2018).

A Figura 13 apresenta as transferências realizadas pela União nos últimos dez anos. As transferências demonstradas são compostas pelas constitucionais, são aquelas constitucionalmente

Figura 13-Transferências realizadas pela União nos últimos dez anos



De acordo com a Figura 12, é possível observar o quanto é crescente as transferências de 2012 até 2020. Assim, também é possível identificar na literatura pesquisas que abordam como têm se tornado gradativo os entes que aumentam sua responsabilidade e dependem das transferências públicas para obterem autonomia.

Segundo Andrade (2012), isso tem levado os municípios a crises, porque a arrecadação feita pelos entes Estados e municípios são menores que suas necessidades orçamentárias (Brito, 2017). Por fim, de forma geral entende-se que os entes são levados a obterem gastos ocorridos em decorrência de suas responsabilidades de autonomia, que estão vinculados a um desequilíbrio fiscal.

Como forma de contrapor a isso - a existência de regras fiscais mais duras e eficazes, a *hard budget constraint* (regras fiscais rígidas) - foi instituído no Brasil a Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que definiu o arcabouço institucional. Alguns estudos como Zuccolotto (2008) e Pereira (2002), consideram que através da Lei de Responsabilidade Fiscal é feito um gerenciamento e controle das finanças públicas, uma vez que ela apresenta ação planejada e transparente, prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

A capacidade dos gestores em fornecer serviços está diretamente ligada à situação financeira dos governos locais. Portanto, é crucial realizar uma avaliação precisa dessa condição para minimizar os efeitos da crise fiscal dessas entidades. A crise impacta negativamente a oferta dos bens e serviços essenciais à população, resultando em dificuldades financeiras em

diferentes níveis. A razão dessa dificuldade pode ocorrer por vários fatores, entre eles a forte dependência dos entes sobre as transferências federais (Vieira, 2016).

2.2 Stress Fiscal

A definição de stress fiscal é composta pela falta de equilíbrio das finanças públicas entre as receitas recebidas pelos municípios, e o gasto com as despesas conduz a dificuldades na preservação dos serviços e a pressão sobre os gastos realizados (Lima & Diniz, 2016). Assim, o stress fiscal é baseado em situações em que governos enfrentam uma forte pressão por gastos, mas não tem capacidade de arrecadar recursos para cobri-los (Clark, 1977; Stanley, 1980).

Na literatura a definição de stress fiscal apresenta conflitos congruentes. Para Dinapoli (2013), é aquele que busca medir a extensão dos perigos aos quais os governos locais estão sujeitos, podendo chegar a uma crise fiscal que requer intervenção do governo central. Para Clark (1994), a responsabilidade é da gestão, além de ser uma consequência da incapacidade do governo de se adaptar às mudanças ocorridas no ambiente em que está inserido, reduzindo a base da receita e limitando os serviços ofertados.

De acordo com a definição de stress fiscal, existem dois fatores que estão vinculados e podem ser enigmático de identificar, entre elas são identificar o que causou o stress fiscal se torna um fator de maior dificuldade (Skidmore & Scorsone, 2011), além de sua periodicidade pode ocorrer por diversos fatores entre economia, assim como federalismo fiscal. Por fim, essas situações são importantes porque quanto mais identifica-se mais obtém respostas ao stress fiscal.

As respostas ao stress fiscal ocorreram na década de 70 e são historicamente marcadas pela gestão de cortes. A teoria de Levin (1978), importante e influente sobre o corte nos gastos públicos, surgiu em decorrência da crise financeira instalada na década de 70 que impactava os governos. Foi utilizada como resposta a crises que os Estados enfrentaram e seu uso é recorrente até os dias atuais para situações de stress fiscal.

A busca por resultados superavitários por parte dos municípios, manter o equilíbrio de receita e despesas são afetados em decorrência de períodos de stress fiscal. Nesse sentido, identificar stress fiscal, as razões que podem ter causado, além de sua definição é através dos indicadores que o definem (Dinapoli, 2013).

Dessa forma, alguns estudos procuraram identificar alguns índices que representem que um determinado ente se encontra em situação de stress fiscal.

A Tabela 11 apresenta uma síntese dos principais estudos realizados sobre índices de caracterização de avaliação de stress fiscal.

Tabela 11-Síntese dos principais estudos realizados sobre índices de caracterização de avaliação de stress fiscal

Item	Indicador	Forma de apuração	Pesquisadores e normas
1	Resultado nominal	Receita total, exceto operações de crédito – despesa total ou Dívida fiscal líquida do período de referência – dívida fiscal líquida do período anterior	Alijarde (1995); García (2003); Gómez e Fernández (2006); López e Conesa (2002); Martínez (1994).
2	Resultado primário	Receita fiscal líquida – despesa fiscal líquida	
3	Limite de despesa com pessoal	$\frac{\text{Despesa com pessoal}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	Kopits (2001), Llera (2003).
4	Limite legal de endividamento	$\frac{\text{Dívida Consolidada Líquida}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	Alijarde e López (2001); Ingram, Martin e Petersen (1991); Clark e Chan (1990); Miller (2001); Ammar et al. (2004).
5	Regra de Ouro (Art. 167, III - CF/88)	Operações de crédito – despesas de capital	Musgrave (1959), Howell e Stamm (1979), Hagen e Eichengreen (1996), Ter-Minassian (1997), Kopits (2001), Dafflon e Madiès (2011)
6	Limite de despesas do Legislativo (Art. 29-A – CF/88)	% da Receita Tributária Ampliada (RTA) segundo o tamanho populacional	Constituição Federal de 1988.
7	Renda <i>per capita</i>	$\frac{\text{Produto Nacional Bruto}}{\text{habitantes}}$	Berne e Schramm (1986).
8	<i>Stress test</i>	$\frac{\Delta \text{ Superávit Financeiro}}{\Delta \text{ Despesas operacionais}}$	Bowman e Calia (1997).

Nota: Recuperado de Dantas Jr. (2018); Berne & Schramm (1986); Bowman & Calia (1997)

De acordo com a tabela 9, a forma de identificar *stress* fiscal através dos índices são variadas de um estudo para outro. Por exemplo, o indicador resultado nominal que compara um período fiscal da dívida do período de referência ao anterior.

Ainda no sentido de período, no resultado primário, os autores também se limitam ao período de determinada receita fiscal com determinada despesa fiscal.

Para identificar o limite de endividamento, apresentado por Alijarde (1995), Ingram et al. (1991), Chan (1990), Miller (2001) e Ammar et al. (2004), eles procuram atender um limite legal que leva a um stress fiscal, a legalidade estabelecida, assim como o indicador que confere com o Art. 167, inciso III e o Art. 29 da CF/88.

Berne e Sacharam (1986) trabalham mais com características do governo central comparada ao governo local, como forma de medir o *stress* fiscal. Por outro lado, Bowman e

Calia (1997) focaram mais em resultados, porém podemos dizer de um período. Não existe um índice fiscal que abranja várias variáveis nos principais estudos de stress fiscal, as formas definidas são por período ou baseadas em legislações.

De acordo com o levantamento dos principais estudos como identificar o stress fiscal, de forma geral uma avaliação sobre o ponto de vista superavitário, onde as receitas cobrem as despesas é suficiente para identificar o stress fiscal. Diante disso, neste estudo utilizamos o índice IFGF (índice de gestão fiscal) por utilizar indicadores a partir de resultados fiscais fornecidos pela prefeitura ao sistema do governo federal, é composto por cinco indicadores: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida, o que possibilita a comparação dos municípios.

No tópico seguinte, pretende-se integrar com os mecanismos trazidos pelo federalismo fiscal levado ao stress fiscal podem prever determinados municípios de agirem de forma coletiva institucionalmente.

2.3 Federalismo Fiscal e Ação Coletiva Institucional

Na literatura não existe de maneira consensual qual o tipo de federalismo brasileiro, se cooperativo ou competitivo. Uma vez que o posicionamento em relação à descentralização varia entre mais cooperativo e mais competitivo. Portanto, este estudo é conduzido no âmbito cooperativo institucional, porque está diretamente relacionado às razões que levam ao regionalismo das políticas públicas nos arranjos institucionais.

O federalismo fiscal proporciona autonomia dos estados e municípios assegurados pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, 18, 23 e 60, o princípio da cooperação, operacionalização do desenho constitucional pautado na colaboração recíproca entre os entes federados (Cury, 2006). Apesar da cooperação se fazer presente no texto constitucional, Elazar (1987) corrobora ao afirmar que o sistema federado só é bem-sucedido havendo um equilíbrio entre a competição e cooperação entre o governo central e seus entes. Por outro lado, Grisorio e Prota (2015) afirmam que a descentralização induz a competição.

Nesse sentido, com o fortalecimento da autonomia e a base tributária do governo subnacional, os governos locais se tornam responsáveis por prestar grande número de serviços e bem público, como iluminação, limpeza pública e transporte público. No entanto, são evidenciados que as despesas resultantes dos serviços públicos dos governos locais superam significativamente a receita que esses governos podem obter dos poucos impostos que podem ser cobrados localmente. Assim, os municípios ficam com dificuldades de obter equilíbrio financeiro e sem capacidade de ofertar serviços.

É oportuno destacar o papel da finança pública como parte do objeto social do Estado. De acordo com Matias-Pereira (2008), a gestão das finanças públicas desempenha um papel crucial nos Estados modernos. Conforme apresentado por Del Vecchio (1979), o Estado não possui um propósito em si mesmo, mas deve direcionar seus esforços para promover o bem-estar comum, através de seus recursos para atender as necessidades da sociedade. Por outro lado, quando o objetivo social é negligenciado, o Estado perde sua razão de existir, enfraquecendo sua função primordial.

Nesse contexto, as finanças públicas desempenham um papel significativo como instrumento para alcançar os objetivos do Estado, garantindo sua sustentabilidade e buscando corrigir desequilíbrios econômicos, financeiros, fiscais e sociais, por meio de suas ações.

Em consequência, alguns governos locais têm mais desequilíbrio que outros. Esse fenômeno é denominado na literatura como desequilíbrio vertical, ocorre quando as responsabilidades versus concentração na arrecadação dos tributos é o desequilíbrio entre despesas e receitas entre as esferas de governo e entre as jurisdições de uma mesma esfera. A forma de trazer uma equalização ao desequilíbrio vertical são as transferências realizadas, institucionalizadas pela federação, e reduzir a desigualdade regional. Porém, estudos como o de Brito (2017), afirma que existe uma estrutura desequilibrada, estabelecida na própria gênese do modelo.

A teoria da ação coletiva institucional sugere que os municípios que cooperam ao lidar com problemas sociais e fiscais comuns podem reduzir os custos de transação envolvidos (Feiock, 2007). Isso ocorre porque a negociação, monitoramento e controle de contratos são menos dispendiosos em arranjos coletivos. Feiock (2004, 2007) afirma que além disso, os custos de transação dependem de características específicas, tais como: (a) característica da comunidade; (b) estrutura de redes de políticas públicas; e (3) instituição política; característica de transação do bem.

De acordo com Baêta, Pereira e Mucci (2015), a cooperação é benéfica aos entes federados, pois produz ações duradouras e efetivas. Para Spekkink e Boons (2015), a ação coletiva ocorre antes de qualquer formalização. Já para Feiock (2004, 2007), a ação coletiva ocorre independente de formalização.

As razões que podem levar os governos locais a participarem de um arranjo coletivo são apresentadas muitas vezes por questões econômicas. Para Hawkins (2007), as cidades com uma base econômica mais forte podem não estar dispostas a compartilharem os custos de serviços públicos através da cooperação. Por outro lado, as cidades que enfrentam dificuldades sociais

e econômicas com menor população, buscam por ganhos na estrutura coletiva na oferta de bens e serviços locais (Krueger & Mcguire, 2005).

De acordo com Bel e Warner (2015), as restrições fiscais são uma razão para os municípios escolherem fazer parte de um arranjo coletivo, ou seja, quanto maior o nível de stress fiscal, maior o interesse em participar de acordos coletivos.

A ação coletiva envolve também estrutura de valores públicos, as instituições políticas, os atores desempenham um papel na criação de alianças cooperativas com outros governos locais, mas diferem nos seus recursos de barganha e nas suas instituições (Feiock et. al., 2016), e ainda, proporciona aos gestores experiência e capacitação sobre cooperação e gestão pública.

Por fim, o custo do bem ou serviço ofertado, corrobora com a dificuldade de execução de ação pública pelos entes regionais. Logo, as características de transação de bens referem-se às características dos serviços prestados por meio do acordo de cooperação, ou seja, os bens coletivos que os indivíduos buscam. Conforme apontado por Feiock (2007), as características específicas dos problemas coletivos têm impacto na maneira como os atores buscam soluções. Portanto, problemas públicos que requerem soluções coletivas e apresentam baixos custos de transação são mais propensos a serem abordados por meio de acordos coletivos.

Ao analisar cooperativismo, a literatura enfatiza que o impulso colaborativo surge em situações desafiadoras do âmbito público, as quais frequentemente demandam altos custos para sua resolução. Nesse contexto, a colaboração se revela como uma resposta poderosa diante da complexidade dos problemas públicos.

Por isso é possível que ocorra a seguinte hipótese:

H1: Os municípios brasileiros apresentam características com mais dificuldades socioeconômica e de obter autonomias de suas finanças na oferta de bens e serviços em regiões menos desenvolvidas possuem tendência para fazer parte de um consórcio?

Farah (2001), afirma que nos arranjos institucionais há uma corresponsabilidade pela política e os resultados ainda que cada ente tenha papel diferente no arranjo, e se apresenta como importante no federalismo fiscal no tocante às fronteiras físicas, fiscais, políticas e financeiras, atendendo as necessidades sociais.

Logo, a teoria da ação coletiva institucional apresenta uma contribuição que envolve vários campos das ciências associados a esse fenômeno. Estudos como o de Nascimento et al (2021) apontam que a ACI apresentada por Feiock tem se desenvolvido e alguns estudos importantes como na Europa (Tavares & Feiock, 2018; Voorn et al., 2019); na China (Yi &

Cui, 2018); na América do Norte (Feiock et al., 2016), formando, assim, uma agenda de pesquisa do ICA (Scholz, Feiock e Ahn, 2006).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo assume abordagem quantitativa de caráter descritivo, buscando compreender a influência de variáveis de acordo com sua região na probabilidade de sua participação em consórcio público. Seguindo o modelo apresentado pela ACI, foram testadas algumas de suas hipóteses. Foi utilizado o modelo de regressão logística, adequação do modelo final da regressão logística - Método Stepwise. Nas variáveis qualitativas, realizou-se uma análise descritiva por meio de distribuições de frequências absolutas e relativas (%). Enquanto nas variáveis quantitativas avaliadas no estudo, analisaram-se estatísticas descritivas de medidas de tendência e de dispersão dos dados, como por exemplo: mínimo, máximo, média e desvio padrão.

Na comparação do perfil sociodemográfico dos municípios com ser consorciado ou não, aplicou-se os testes estatísticos “t Student” e “Qui-quadrado”. A seguir utilizou-se análise de regressão logística com objetivo de ajustar um modelo final. Para todos os testes estatísticos aplicados, o nível de significância foi de 5%.

3.1 Dados da Pesquisa

Para a realização da análise de dados, foram utilizados dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), da Federação Da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A pesquisa foi realizada com dados secundários disponíveis nas plataformas de suas instituições. Diante da disponibilidade de dados, optou-se em um espaço temporal nos dados da gestão municipal 2016/2020, em razão de impactos de uma gestão para outra. Já as variáveis socioeconômicas, políticas e de despesa do bem, levantadas nos anos de 2020, foram utilizadas para avaliar se suas características podiam ser homogêneas nos municípios que participam do consórcio. Em seguida, a escolha do consórcio público é feita levando consideração o universo que abrange todos os consórcios de naturezas diferentes, optou-se pelo consórcio de resíduo sólido, em razão de ser uma política que desde 2010 os municípios enfrentam dificuldades em executar.

O banco de dados foi construído em formato EXCEL, versão 2017, para realização das tabelas descritivas e aplicação de testes estatísticos utilizou-se o software estatístico temporário SPSS, versão 25.0.

A figura 14 demonstra as principais análises estatísticas realizadas neste estudo até chegar ao modelo final ajustado.

Figura 14-*Análises estatísticas utilizadas*

Quadro 2: Análise estatísticas utilizadas				
Análise	Nome da análise	Objetivo da análise	Técnica utilizada	Resultados apresentados em
1	Análise descritiva	Análise exploratória dos dados	Distribuição de frequência absoluta e relativa, mínimo, máximo, quantis, média, desvio padrão e coeficiente de variação	Tabela 1 - 2
2	Teste paramétrico t de Student	Testar diferenças entre duas variáveis independentes	Comparação de média	Tabela 3
3	Teste Quiquadrado	Verificar associação de variáveis categóricas	Cruzamento de tabelas de contingências	Tabela 4
4	Regressão logística	Ajuste de modelo	Análise de regressão	Tabela 5 - 10 Gráfico 1 - 2

3.1.2 Testes de Mensuração dos Dados

3.1.2.1 Teste de Kolmogorov Smirnov

É um teste estatístico utilizado para verificar se um determinado conjunto de dados é proveniente de uma distribuição normal ou não.

H0: Os dados possuem distribuição normal.

H1: Os dados não possuem distribuição normal.

3.1.2.2 Teste t Student

É um teste paramétrico usado para verificar se existe uma diferença significativa entre as médias.

H0: Não há diferença entre as variáveis estudadas.

H1: Há diferença entre as variáveis estudadas.

3.1.2.3 Teste Qui-quadrado

O Teste Qui-Quadrado permite avaliar se as variáveis estão relacionadas com determinado nível de significância.

Hipóteses a serem testadas:

Hipótese Nula (H₀): As variáveis não estão relacionadas (as variáveis são independentes).

Hipótese Alternativa (H₁): As variáveis estão relacionadas (as variáveis são dependentes).

A hipótese de nulidade pode ser testada por:

$$\chi_{\text{cal}}^2 = \sum_{i=1}^k \frac{(O_i - E_i)^2}{E_i} \approx \chi_{(k-1)}^2$$

Onde O_i = n° de casos observados classificados na categoria i ;

E_i = n° de casos esperados classificados na categoria i , sob H_0 .

Assim, Rejeitamos H_0 , se $\chi_{\text{cal}}^2 \geq \chi_{(k-1)}^2(\alpha)$, ou se a probabilidade associada à ocorrência, sob H_0 , do valor obtido do χ_{cal}^2 com $(k-1)$ g.l. não superar o valor de alfa, ou seja, $P[\chi_{(k-1)}^2 \geq \chi_{\text{cal}}^2]$ for significativo (menor que alfa).

g.l: Graus de Liberdade;

α : Nível de significância.

Entretanto, para o caso de valores esperados inferiores a 5, utiliza um teste similar chamado exato de Fisher.

3.1.2.4 Regressão Logística

Um modelo de regressão pode ser definido como uma equação matemática em que se expressa o relacionamento de variáveis. Nestes modelos, define-se uma variável dependente (Y), ou variável de saída, e procura-se verificar a influência de uma ou mais variáveis ditas variáveis independentes, causais ou explicativas (X's) sobre esta variável dependente. Na equação (1) a seguir, vê-se um exemplo de um modelo de regressão linear.

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_i X_i + \epsilon_i \quad (1)$$

Onde:

Y_i : representa a variável dependente;

β_i : são os coeficientes de regressão;

X_i : são as variáveis independentes;

ϵ_i : erro aleatório.

A regressão logística consiste em um tipo de regressão aplicável e preferida quando se tem uma variável dependente categórica dicotômica, ou seja, uma variável nominal ou não métrica que possui apenas dois grupos ou classificações como resultados possíveis como, por exemplo: alto ou baixo, masculino e feminino, sim ou não etc.

Com o objetivo de construir o banco de dados, foram consultadas as seguintes fontes de informações: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2005; 2015), Sistema de

Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI, 2020), Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2021) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2021).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram criadas quatro tabelas uni variada e bivariada, considerando efeitos aleatórios, com o intuito de estimar o impacto do: (a) Produto interno bruto; (b) IDHM; (c) IFGF por ano; (d) índice Gini; (e) Incidência das despesas com RSU; e (f) idade da posse do gestor.

4.1 Análise Univariada e bivariada

Na Tabela 3, é possível observar os registros de mínimo, máximo, mediana média e erro padrão das variáveis dependentes para todos os municípios incluídos nesta pesquisa.

Tabela 12-*Estatística dos dados gerais dos municípios*

Tabela 1: Estatística descritiva dos dados gerais dos municípios										
Variável	Mínimo	Máximo	25%	Mediana	75%	IQ	Média	DP	CV	Valor-
Produto Interno Bruto per capita, a preços correntes	4788,18	583171,85	9874,70	17427,76	28714,85	18840,16	23497,41	24225,18	103,10	<0,001
IDHM	0,418	0,862	0,608	0,673	0,721	0,113	0,665	0,071	10,638	<0,001
IFGF 2016	0,002	1,000	0,327	0,467	0,600	0,273	0,466	0,190	40,834	<0,001
IFGF 2017	0,000	1,000	0,254	0,403	0,556	0,301	0,407	0,198	48,578	<0,001
IFGF 2018	0,003	1,000	0,301	0,457	0,607	0,306	0,456	0,203	44,461	<0,001
IFGF 2019	0,003	1,000	0,336	0,491	0,633	0,297	0,484	0,203	41,877	<0,001
IFGF 2020	0,003	1,000	0,392	0,554	0,709	0,317	0,546	0,208	38,205	<0,001
Índice Gini	0,284	0,808	0,459	0,503	0,546	0,087	0,503	0,066	13,183	0,140
Incidência de despesas com RSU na prefeitura	0,09	66,78	1,40	2,32	3,69	2,29	3,06	3,02	98,49	<0,001
Incidência de despesas com empresas	0,00	100,00	2,05	41,97	92,25	90,20	46,31	41,01	88,55	<0,001
Idade posse do gestor	21,00	95,00	41,00	49,00	57,00	16,00	49,37	10,91	22,10	<0,001

Nota: IQ = Intervalo Interquartilico; DP = Desvio Padrão; CV = Coeficiente de Variação; utilizado o Teste de *Kolmogorov-Smirnov* para verificar a normalidade dos dados.

Os dados indicam crescimento da média do índice IFGF entre 2016 a 2021, uma média de IDHM e GINI aproximada, entre desigualdade e fatores socioeconômicos representado pelos índices em análise. No tocante à despesa do bem, a média de 46 é composta baseada na população dos municípios. Nesse sentido, os entes federados com a população menor dentro dessa média possuem um custo elevado para execução da política de Resíduo Sólido (RSU). No que se refere a idade do gestor, apresenta uma média de 49 anos. Logo, os resultados dos índices analisados confirmam a melhoria nos indicadores socioeconômicos e uma despesa alta

na prestação de serviços de RSU, no tocante a gestão financeira a média de 0,4 a 0,6 do IFGF representa uma gestão financeira com dificuldades.

O desvio padrão ilustra como a aderência do modelo pode ser medido, como ele se adequou aos dados. Portanto, como forma de identificar se essa variação é grande ou pequena o coeficiente de variação apresenta qual a maior variação.

Assim, o coeficiente de variação das variáveis PIB, a incidência das despesas com o bem público financiado pela prefeitura ou por empresas, em termos percentuais apresentam uma maior variação da média, ou seja, os dados foram observados e avaliando modelo utilizado, a média elevando a diferença.

Tabela 13-*Características gerais dos municípios*

Tabela 13: Características gerais dos municípios			
Caracterização	Frequência absoluta	%	
Região do Brasil	Nordeste	1793	32,20
	Sudeste	1668	29,96
	Sul	1191	21,39
	Centro Oeste	466	8,37
	Norte	450	8,08
Classificação da população	Até 5 mil	1248	22,41
	Acima de 5 mil até 10 mil	1200	21,55
	Acima de 10 mil até 20 mil	1334	23,96
	Acima de 20 mil até 50 mil	1110	19,94
	Acima de 50 mil até 100 mil	351	6,30
	Acima de 100 mil	325	5,84
Sexo do gestor do município ⁽¹⁾	Masculino	4879	87,96
	Feminino	668	12,04
Grau de escolaridade do gestor do município ⁽¹⁾	Lê e escreve	40	0,72
	Ensino fundamental incompleto	284	5,10
	Ensino fundamental completo	329	5,91
	Ensino médio incompleto	126	2,26
	Ensino médio completo	1424	25,57
	Superior incompleto	258	4,63
	Superior completo	3086	55,41
	Reeleição do gestor ⁽¹⁾	Sim	974
Não		4573	82,13
Consorticiado ⁽²⁾	Sim	3054	56,59
	Não	2343	43,41
Total		5568	100,00

A Tabela 10 demonstra os dados de classificação do quantitativo populacional, temos o seguinte resultado: até 5 mil (22,41%); acima de 5 mil até 10 mil (21,55%); acima de 10 mil até 20 mil (23,96%); acima de 20 mil até 50 mil (19,94%); acima de 50 mil até 100 mil (6,30%); e acima de 100 mil (5,84%).

No tocante ao perfil dos gestores, 87,96% são do sexo masculino, enquanto as mulheres representam apenas 12,04%. No grau de escolaridade, temos a respectiva distribuição: Lê e escreve (0,72%), ensino fundamental incompleto (5,10%), ensino fundamental completo (5,91%), ensino médio incompleto (2,26%), ensino médio completo (25,57%), ensino superior incompleto (4,63%) e ensino superior completo (55,41%). O percentual de reeleição dos gestores é de 17,49%. Por fim, 56,59% dos municípios são consorciados, conseqüentemente 43,41% não consorciados.

Tabela 14-Comparação da dimensão intrusão com as características gerais dos profissionais

Tabela 14: Comparação da dimensão intrusão com as características gerais dos profissionais											
Caracterização		Mínimo	Máximo	25%	Mediana	75%	IQ	Média	DP	CV	Valor-p
Produto Interno Bruto per capita, a preços correntes	Sim	4901,07	419457,22	10137,26	17651,55	28783,85	18646,59	23702,64	23748,32	100,19	0,178
	Não	4788,18	583171,85	9374,74	16284,53	28147,09	18772,35	22804,13	24994,64	109,61	
IDHM	Sim	0,483	0,862	0,612	0,674	0,720	0,108	0,667	0,067	10,075	<0,001
	Não	0,418	0,847	0,593	0,667	0,723	0,130	0,659	0,076	11,591	
IFGF 2016	Sim	0,011	1,000	0,342	0,476	0,607	0,265	0,473	0,187	39,528	<0,001
	Não	0,002	1,000	0,303	0,452	0,593	0,291	0,453	0,195	43,104	
IFGF 2017	Sim	0,003	1,000	0,271	0,417	0,561	0,290	0,418	0,193	46,061	<0,001
	Não	0,000	0,959	0,227	0,382	0,547	0,320	0,391	0,205	52,498	
IFGF 2018	Sim	0,005	1,000	0,319	0,474	0,616	0,298	0,468	0,200	42,778	<0,001
	Não	0,003	1,000	0,273	0,430	0,593	0,320	0,436	0,206	47,264	
IFGF 2019	Sim	0,003	1,000	0,348	0,499	0,640	0,292	0,492	0,201	40,812	<0,001
	Não	0,013	0,989	0,315	0,479	0,624	0,310	0,471	0,206	43,739	
IFGF 2020	Sim	0,013	1,000	0,402	0,561	0,714	0,312	0,551	0,208	37,688	0,009
	Não	0,003	1,000	0,373	0,543	0,700	0,327	0,535	0,212	39,540	
Índice Gini	Sim	0,286	0,797	0,458	0,498	0,539	0,081	0,498	0,063	12,582	<0,001
	Não	0,284	0,808	0,462	0,510	0,559	0,097	0,510	0,071	13,886	
Incidência de despesas com RSU na prefeitura	Sim	0,09	32,25	1,43	2,37	3,69	2,26	3,06	2,79	91,03	0,769
	Não	0,10	66,78	1,35	2,23	3,67	2,32	3,04	3,19	105,07	
Incidência de despesas com empresas contratadas	Sim	0,00	100,00	2,24	44,76	92,21	89,97	46,92	40,62	86,59	0,814
	Não	0,00	100,00	2,03	42,12	93,39	91,36	46,58	41,41	88,89	
Idade da posse do gestor	Sim	21,00	88,00	41,00	49,00	57,00	16,00	49,59	11,13	22,44	0,097
	Não	21,00	95,00	41,00	49,00	57,00	16,00	49,10	10,69	21,78	

Nota: IQ = Intervalo Interquartilico; DP = Desvio Padrão; CV = Coeficiente de Variação

Levando em consideração a análise dos municípios brasileiros e o federalismo fiscal e a cooperação por região à luz da ação coletiva. Através do teste t de *Student*, para um nível de significância de 5%, temos evidências de diferença estatística entre os municípios serem ou não consorciados com o IDHM, IFGF e índice de Gini. Onde os municípios consorciados apresentam maior índice de IDHM e IFGF, menor índice de Gini.

Neste sentido, isso resulta que mesmo os municípios consorciados que apresentam dos não consorciados o índice IFGF, mantém dificuldades de gestão dos recursos financeiros. Porém, um características de desempenho socioeconômico melhor dos não consorciados.

Portanto, de acordo com a teoria da ação coletiva institucional, ACI busca integrar a racionalidade dos atores aos aspectos institucionais regionais, que sustenta que apenas por meio da interação entre atores, fortalecimento do capital social e consenso em possível alcançar a cooperação em nível regional, conforme observado por Feiock (2004).

A eficácia de políticas públicas é grande parte da administração pública local. Em razão disso, a literatura sugere que os gestores municipais profissionais compartilhem um conjunto comum de treinamento, experiência, e orientação que conduza a valores comuns e ênfase na eficiência e profissionalização que são reforçados pelas organizações profissionais da área (Feiock et al. 2003; Frederickson et al. 2004).

O que podemos constatar que o perfil dos gestores que pertencem a consórcio público apresenta um bom desempenho financeiro e de desenvolvimento humano de seus municípios.

Tabela 15-Consorciado segundo a caracterização do município

Tabela 15: Consorciado segundo a caracterização do município						
Caracterização	Consorciado		Total	Valor-p	Razão de Chance [IC95%]	
	Sim	Não				
Região do país	CO	71,19% (n=210)	28,81% (n=85)	100,00% (n=295)		
	NE	57,39% (n=1029)	42,61% (n=764)	100,00% (n=1793)		
	NO	22,67% (n=102)	77,33% (n=348)	100,00% (n=450)	<0,001	---
	SE	59,35% (n=990)	40,65% (n=678)	100,00% (n=1668)		
	SUL	60,71% (n=723)	39,29% (n=468)	100,00% (n=1191)		
Classificação da população	Até 5 mil	58,77% (n=700)	41,23% (n=491)	100,00% (n=1191)		
	5 - 10 mil	57,16% (n=663)	42,84% (n=497)	100,00% (n=1160)		
	10 - 20 mil	57,37% (n=751)	42,63% (n=558)	100,00% (n=1309)	0,005	---
	20 - 50 mil	54,80% (n=594)	45,20% (n=490)	100,00% (n=1084)		
	50 - 100 mil	55,85% (n=191)	44,15% (n=151)	100,00% (n=342)		
	> 100 mil	49,84% (n=155)	50,16% (n=156)	100,00% (n=311)		
Sexo do gestor	Feminino	53,94% (n=349)	46,06% (n=298)	100,00% (n=647)	0,151	0,89 [0,75 ; 1,04]
	Masculino	56,93% (n=2692)	43,07% (n=2037)	100,00% (n=4729)		
Grau de escolaridade do gestor	Lê e escreve	50,00% (n=19)	50,00% (n=19)	100,00% (n=38)		
	Ens. Fund. Incomp.	54,95% (n=150)	45,05% (n=123)	100,00% (n=273)		
	Ens. Fund. Comp.	56,07% (n=180)	43,93% (n=141)	100,00% (n=321)		
	Ens. méd. Incomp.	54,17% (n=65)	45,83% (n=55)	100,00% (n=120)	0,891	---
	Ens. méd. Comp.	56,79% (n=782)	43,21% (n=595)	100,00% (n=1377)		
	Ens. Sup. Incomp.	53,97% (n=136)	46,03% (n=116)	100,00% (n=252)		
	Ens. Sup. Comp.	57,06% (n=1709)	42,94% (n=1286)	100,00% (n=2995)		
Reeleição do gestor	Sim	56,22% (n=538)	43,78% (n=419)	100,00% (n=957)	0,810	0,98 [0,85 ; 1,13]
	Não	56,64% (n=2503)	43,36% (n=1916)	100,00% (n=4419)		

Através do teste Qui quadrado (X^2), para um nível de significância de 5%, temos evidência de associação estatística entre o município ser consorciado ou não com a classificação populacional e região do país. Onde a região centro-oeste e norte apresentaram maior e menor percentual de municípios consorciados, respectivamente. Já na classificação populacional, temos menor percentual de municípios consorciados com quantitativo populacional acima de 100 mil habitantes.

Os dados confirmam a hipótese da teoria da ação coletiva institucional sobre os municípios com população menor são por terem dificuldades no equilíbrio financeiro e execução de uma política pública estão mais propensos a participarem de consórcio.

Quanto às regiões, os resultados apresentados por região, CO, SE e NE participam mais de consórcios, e os municípios menores que 100 mil habitantes pertencem ao consórcio. A hipótese de um maior número de participar de consórcio ser de regiões com maior desigualdade de renda não se concretiza. Os Resultados apresentam que os municípios com maior número de habitantes não pertencem a consórcio público.

Tabela 16- Adequação do modelo final da regressão logística - Método Stepwise

Tabela 16: Adequação do modelo final da regressão logística - Método Stepwise					
Modelagem	Overall Statistics	Hosmer-Lemeshow	Percentual de acerto	Pseudo R ²	
				Cox and Snell	Nagelkerke
Modelo completo	Valor - p: <0,001	X ² : 5,159 ; G.L: 8 ; Valor - p: 0,740	60,65	0,029	0,039
Modelo final	Valor - p: 0,571	X ² : 9,264 ; G.L: 8 ; Valor - p: 0,321	60,24	0,021	0,029

Observando a adequação do modelo final, temos que a estatística Qui-quadrado dos resíduos (Overall Statistics) apresentou um valor - p > 0,05, ou seja, nenhuma das variáveis excluídas do modelo contribuiria de forma significativa para o poder preditivo do modelo. No teste de Hosmer-Lemeshow temos o valor - p > 0,05, ou seja, não é estatisticamente significativo, isso indica um bom ajuste do modelo final. Portanto conclui-se que o modelo final ajustado da regressão logística é adequado.

Tabela 17- Área sob a curva Roc dos modelos ajustados de regressão logística avaliados

Tabela 17: Área sob a curva Roc dos modelos ajustados de regressão logística avaliados			
Modelo	Área	Intervalo de Confiança 95%	
		Limite inferior	Limite superior
Completo	0,585	0,563	0,606
Final	0,587	0,571	0,602

Levando em consideração o maior valor de AUC, optou-se pelo modelo final ajustado, considerando-o mais adequado para explicar a ocorrência de município consorciado.

Tabela 18-Modelo de regressão logística - Método Stepwise

Tabela 18: Modelo de regressão logística - Método Stepwise								
Variáveis	β	S.E.	Estatística Wald	G.L	Valor-p	Exp (β)	IC 95% EXP (β)	
							L.I	L.S
Região			45,138	4	<0,001			
Região (1)	1,142	0,208	30,229	1	<0,001	3,134	2,086	4,709
Região (2)	1,325	0,208	40,406	1	<0,001	3,760	2,500	5,657
Região (3)	1,532	0,261	34,448	1	<0,001	4,629	2,775	7,721
Região (4)	1,105	0,206	28,866	1	<0,001	3,020	2,018	4,520
PIB (log)	-0,319	0,171	3,485	1	0,062	0,727	0,520	1,016
IFGF 2018	0,406	0,225	3,273	1	0,070	1,501	0,967	2,331
Constante	0,363	0,743	0,239	1	0,625	1,438		

Analisando o modelo final da regressão logística múltipla, através do teste de Wald, para um nível de significância de 5%, temos evidências estatísticas de associação da região com o município consorciado. Desta forma, o modelo contendo ser a região um preditor dos municípios foi significativo, o Qui-quadrado dos resíduos (*Overall Statística*) apresentou um valor - p > 0,05. Além disso, os intervalos de confiança apresentaram valores acima de um.

Onde a chance dos municípios das regiões sudeste, sul, centro-oeste e nordeste, serem consorciados é de 3,13, 3,76, 4,63 e 3,02 vezes maior, respectivamente comparado aos municípios da região norte. Podemos dizer que são preditores significativos com intervalo de confiança que se destaca.

Variáveis de aspectos geográficos em comum de determinada região de acordo com Feiock (2007) na ACI, a homogeneidade reduz os custos de agência e contribuem para os municípios escolherem fazer parte de um consórcio público. As características do PIB, GINI e IDH apresentam a situação socioeconômica de determinado município. Onde na literatura corresponde a variáveis determinantes para cooperação interpessoal (Bel & Warner, 2016).

De modo geral a teoria da ação coletiva institucional propõe a localidade como melhores condições socioeconômicas são menos propensas a participarem de consórcios públicos. De forma que este estudo procurou investigar por região, as regiões com índices de desenvolvimento humano melhor, produto interno bruto e menor desigualdades não estão propensas a fazer parte de um consórcio público.

Utilizando o índice de desigualdades como parâmetro a desigualdade por região apresentada na base de dados do IBGE (2010) que representa este cenário das regiões do Brasil. Região NO 0,6319, NE 0,6277, SE 0,5850, SUL, 0,5337, CO 0,6019. Dessa forma, as regiões

que apresentam desigualdade de acordo com o índice GINI são mais propensas a fazer parte de uma cooperação.

Logo, o modelo apresenta corroboração com a ACI no tocante a desigualdade ser característica homogênea de determinadas regiões que seus municípios estão mais dispostos a participarem de um consórcio público. Por outro, a região que apresenta maior desigualdade, a região Norte apresenta uma negativa à ACI.

Por outro, o modelo apresenta o PIB com uma chance de influenciar de 0,72, isso significa que essa variável não é fator decisor no momento de os municípios participarem de consórcio público. Assim, a teoria aborda que fatores Produto interno bruto menor são preditores na decisão de fazer parte de um consórcio público também apresenta negativa no modelo.

No tocante a autonomia financeira, o modelo apresenta apenas o ano de 2018 com 1,50% de chance de fazer parte de algum consórcio. O índice é composto por variáveis que representam autonomia financeira. De acordo com a ACI o stress financeiro fiscal são fatores que podem levar os municípios a buscarem fazer parte de algum consórcio público. Neste sentido, tal stress conduz a cooperação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo descrever sobre como o desenho constitucional do federalismo fiscal leva os municípios brasileiros ao stress fiscal e conseqüentemente induz os municípios de determinadas regiões do país a participarem de algum consórcio.

O estudo, também evidencia que quanto aos municípios com dificuldades financeiras, mais ele tem probabilidade de fazer parte de um consórcio público. Observado de forma individual, os resultados corroboram com a hipótese de Feiock (2004) de quanto mais stress fiscal, mas eles procuram fazer parte de algum consórcio. Assim, de forma geral, as regiões do Brasil apresentam em média o índice Gini de desigualdade alta, de forma que têm sido levadas para fazer parte de um consórcio.

Os resultados revelam que a característica dos municípios referente ao PIB não é fator que influencia para os municípios decidirem fazer de um consórcio. Logo, ocorre uma negativa ao que propõe na literatura, a teoria da ação coletiva institucional. Portanto, mesmo os municípios pertencentes a regiões com desigualdade de renda o PIB não é fator de influência.

A pesquisa demonstra que não só federalismo fiscal leva ao stress fiscal que conduz a cooperação, mas que a ação coletiva institucional apresenta uma forma de governos locais obterem ganhos coletivos participando de consórcio público, regiões que apresentam

desigualdade de renda são características homogêneas que dentro do desenho da Constituição Federal de 1988 são fatores determinantes para cooperar.

Observou-se que apesar do modelo ajustado final, os resultados se mostraram expressivos diante do tamanho da amostra a ausência em períodos semelhantes. Por isso, sugere-se que os estudos futuros uma atenção especial no tocante a relação entre os municípios fazerem parte de consórcios e suas variáveis dependentes, podem influenciar nos resultados do modelo.

Como limitação, o estudo apresenta resultados alcançados, como então sugere-se que estudos futuros obtenham uma aplicação de resultados, utilizando outras realizando testes de eficiência por arranjo e que avaliem com mais acurácia os efeitos que levam os municípios a fazerem parte de consórcio público.

CONCLUSÕES

O presente estudo se propôs a investigar de que maneira o federalismo fiscal leva os municípios a falta de autonomia financeira, stress fiscal e como isso conduz os municípios a escolha participarem de consórcios público no Brasil e determinadas regiões. Como resultados, constatou-se que não só federalismo fiscal leva a cooperação, mas que a ação coletiva institucional apresenta uma forma de governos locais obterem ganhos coletivos participando de consórcio público e que as desigualdades de renda medida índice GINI estão é a característica homogênea se faz presente nas regiões que são mais propensas a participarem de um consórcio público.

É oportuno destacar que a pesquisa foi composta por três artigos como forma a investigar como o federalismo levou ao stress fiscal e conseqüentemente, a cooperação. O primeiro artigo teve como objetivo identificar os principais impulsionadores e tópicos que influenciaram o tema nos últimos 28 anos. Discorreu sobre o tema levantando-se desde sua evolução nos últimos tempos, seus principais autores, trabalhos e periódicos, além da concorrência de palavras e principais drives teóricos.

A metodologia adotada no primeiro artigo envolveu uma análise quantitativa com o uso de softwares como Vosviewer (análise de clusters e mapas de densidade), Bibliometrix (análise de dimensões) e CitNetExplorer (história). A base de dados utilizada consiste em artigos publicados sobre o tema na Web of Science entre 1994 e 2022. Os resultados revelam um crescimento na produção nos últimos 8 anos, com uma concentração de autores europeus e uma forte presença dos Estados Unidos e uma forte influência da teórica econômica americana.

Dos resultados encontrados, percebe-se que ocorreu o aumento na produção sobre o tema a partir de 2017. Apesar do federalismo ser um tema mais disseminado, sua associação a cooperação só ocorre depois que a cooperação passa a ser um fenômeno de ocorrência maior em países como EU e Alemanha Grã-Bretanha, Espanha e o Brasil conforme evidências levantadas nos trabalhos pertencentes a base deste artigo.

No que se refere a produção por autor, países e periódicos, constatou-se que os dez autores mais produtivos, também eram os autores que mais impactavam. Os periódicos mais produtivos eram periódicos pertencentes a Universidades Europeias, o que coincide com as Universidades mais produtivas os autores que mais impactaram. Nota-se uma forte influência do tema em países, autores e periódicos que pertencem a União Europeia, assim como uma forte produção do tema nos Estados Unidos e um crescente sobre o tema em países como o Brasil.

No campo de coocorrência de palavras, foram identificados quatro clusters, divididos entre cores, onde se destaca o cluster vermelho, pela palavra que mais se repetiu como o federalismo, que traz estudos sobre a estrutura do tema, em particular os principais conceitos de federalismo. Os demais clusters, apresentam a estrutura do tema no campo de federalismo e cooperação, instituições e economia em estudos teóricos e empíricos no Continente Europeu e da América Central, acaba por muitas vezes a abordagem de temas como relação e integração europeia se confundirem com federalismo e cooperação.

No que se refere aos drives teóricos, verificou-se que em 1956, um dos primeiros trabalhos no campo da teoria econômica, voltado para a teoria de gastos públicos locais. O trabalho influenciou outros autores, voltados ao campo da teoria econômica abordagem de federalismo fiscal. Apenas Rilker em seu trabalho sobre federalismo em 1964, a Hooghe e Gary Marks com o trabalho “*Beyond Federalism: Estimating and Explaining the Territorial Structure of Government*”, publicado em 2012, trouxeram o tema sobre o federalismo discutindo a sua estrutura no contexto não apenas financeiro territorial, mas inserindo, debate da centralização e descentralização, democracia, e as relações institucionais dentro do federalismo, além das mudanças territoriais que ocorreram na União Europeia nesta linha de tempo. Em consequência, vem uma visão mais contemporânea sobre federalismo e cooperação, embasada na escolha racional das instituições.

O segundo artigo teve como objetivo descrever a caracterização dos municípios de baseado no modelo de ação coletiva institucional. A partir do estudo, foi possível verificar os municípios cooperados e não cooperados por região do Brasil, as principais regiões que mais cooperam no Brasil, onde a região Nordeste e Sudeste apresenta um maior número de municípios consorciados.

Consequentemente descreveu a caracterização da ação coletiva institucional no tocante a comunidades, observou-se dentro dessa caracterização: índice de desenvolvimento social, autonomia financeira, custo do bem comum. Como resultado médio de uma população maior em municípios não consorciados, representando uma PIB e o IDHM com uma média maior nos municípios consorciados, já o índice GINI maior em muitos municípios não consorciados.

Para a teoria da ação coletiva institucional, as características homogêneas podem ser fatores que levam os municípios a participarem dos consórcios. Dos achados a negativa a teoria apresenta que mesmo os municípios com pior desenvolvimento econômico e social não fazem parte de um consorcio.

Além dos fatores sociais e econômicos no que se refere a característica das comunidades, os achados referentes a característica fiscal apresentam característica homogênea entre os municípios consorciados de acordo com a teoria ACI. Foi possível verificar que os municípios com melhores resultados são os consorciados, possuem médias de autonomia financeira maior que os não consorciados.

No tocante a despesa do bem público, com a prestação de serviços, a média dos municípios não consorciados apresentam despesas menor, os consorciados possuem como características em comum realizar despesas através da contratação de empresa terceirizada. Portanto, menor custo, não é característica de decisão de fazer parte de um consórcio.

No tocante a característica instituição política da ACI, foi verificado o perfil do gestor público, seu grau de instrução e sua reeleição. Os resultados obtidos foram que os gestores de municípios que pertencem a consórcio tiveram reeleição em sua maioria e possuem um grau de instrução mais qualificado. Neste sentido, a hipóteses de que a experiência do consórcio pode trazer treinamento e esforço em aperfeiçoamento do gestor e a possibilidade dos gestores se manterem nos cargos.

Por fim, foi apresentado a caracterização dos municípios brasileiros e a distribuição de consórcios de resíduo sólido pelo território brasileiro. Sobretudo, pesquisado sobre a luz da ação coletiva institucional, que identificou que a participação dos municípios em consórcios públicos é determinante de acordo a sua caracterização regional. Isso reitera a ação coletiva institucional no tocante a fatores endógenos como a característica de determinados municípios podem levar a tomar decisão em participar de consórcios.

Em forma de maior participação por região é constatado que as regiões Nordeste e Sudeste representam maior número de municípios consorciados, assim como uma frequência maior. O que pode representar que a ACI apresenta que a fragmentação é um dos fatores que levam os entes subnacionais a participarem de consórcio público.

No terceiro artigo teve como objetivo identificar sobre como o desenho constitucional do federalismo fiscal leva os municípios brasileiros ao stress fiscal e conseqüentemente induz os municípios de determinadas regiões do país a participarem de algum consórcio.

Os resultados revelam que as características dos municípios das regiões que têm predisposição a fazerem parte de alguma forma de um consórcio, podem ser determinados pelas características dos municípios, no tocante ao seu tamanho, número de habitantes, índice de desenvolvimento socioeconômico.

Logo, como já apontado na literatura, na teoria da ação coletiva institucional, observa que as características de municípios, que de forma homogênea pode ser uma das razões para fazerem parte de consórcio público. Portanto, os resultados encontrados não apresentam uma homogeneidade em todas as características.

Os resultados apresentados foram utilizados o índice de desigualdades como parâmetro a desigualdade por região apresentada na base de dados do IBGE (2010) que representa este cenário das regiões do Brasil. Região NO 0,6319, NE 0,6277, SE 0,5850, SUL, 0,5337, CO 0,6019. Dessa forma, as regiões que apresentam desigualdade de acordo com o índice GINI são mais propensas a fazer parte de uma cooperação.

A pesquisa demonstra que não só federalismo fiscal leva a cooperação, mas que a ação coletiva institucional apresenta uma forma de governos locais obterem ganhos coletivos participando de consórcio público, independente de fazerem parte uma determinada região que tenha características homogêneas, no desenho da constitucional de 1988.

Observou-se que apesar do modelo ajustado final, os resultados se mostraram expressivos diante do tamanho da amostra a ausência em períodos semelhantes. Por isso, sugere-se aos estudos futuros, uma atenção especial no tocante a relação entre os municípios fazerem parte de consórcios e suas variáveis dependentes, podem influenciar nos resultados do modelo.

Como limitação, o estudo apresenta resultados alcançados, como então sugere-se que estudos futuros obtenham uma aplicação de resultados utilizando outras realizar testes de eficiência por arranjo e que avaliem com mais acurácia os efeitos que levam os municípios a fazerem parte de consórcio público.

REFERÊNCIAS

- Abrucio, F. L. (2005). A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, v(n), pp. 41-67.
- Abrucio, F. L. & Sano, H. (2013). *Associativismo intergovernamental: experiências brasileiras*. Brasília: Editora IABS.
- Alijarde, M. I. B. (1995). *Un modelo de información contable para el análisis de la viabilidad financiera en la administración local*. (Tese de Doutorado). Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad de Zaragoza, Zaragoza, España.
- Almeida, M. H. T.. (1995). Federalismo e políticas sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28, p. 88-100.
- Ammar, S. et al. (2004). Constructing a fuzzy-knowledge-based-system: An application for assessing the financial condition of public schools. *Expert Systems with Applications*, 27(3), p. 349-364.
- Araújo, C. A. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em questão*, 12(1), pp. 11-32.
- Aria, M & Cuccurullo, C. (2017). Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics*, 11(4), p. 959-975.
- Arretche, M. (2005). Quem Taxa e Quem Gasta: A Barganha Federativa na Federação Brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, (24), pp. 69-86.
- Arretche, M. (2007). The Veto Power of Territorial Governments in Brazil: Political Institutions and Representatives Voting Behaviour. *Brazilian Political Science Review*, (2), pp. 40-73.
- Arretche, M. (2010). Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos?. *Revista de Ciências Sociais*, 53(3), pp. 587-620.
- Arretche, M. (2012). *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. São Paulo: Editora FGV.
- Baêta, O. V., Pereira, J. R. E. & Mucci, C. B. M. R. (2015). Contributions of Communicative of Rationality for the Brazilian Public Governance. *Business and Management Review (BMR)*, 4(5), pp. 761-769.
- Banting, K. & Corbett, S. (2003). Federalismo y políticas de atención a la salud. In *Fórum das Federações/Institucional Nacional para el Federalismo y el Desarrollo Municipal*. Ontário.
- Bel, G. & Warner, M. E. (2015). Factors explaining inter-municipal cooperation in service delivery: a meta-regression analysis. *Journal of Economic Policy Reform*, 19(2), pp. 91-115. DOI: 10.1080/17487870.2015.1100084

- Berner, R., Schramm, R. (1986). *The financial analysis of governments*. New Jersey: Prentice Hall.
- Bish, R. L. (1971). *A economia pública das áreas metropolitanas*. Chicago: Markham Rand McNally.
- Bowman, W., Calia, R. (1997). *Evaluating local government financial health*. Chicago: The Civic Federation.
- Brito, J. R. S. (2017). *Finanças públicas e federalismo fiscal: uma análise da efetividade fiscal dos municípios brasileiros*. Tese de Doutorado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Brown, T. L. & Potoski, M. (2003). Transaction costs and institutional explanations for government service production decisions. *Journal of Public Administration research and theory*, 13(4), pp. 441-468.
- Cairns, A. C. (1977). The Governments and Societies of Canadian Federalism. *Canadian Journal of Political Science/ Revue canadienne de science politique*, 10(4), pp. 695-725.
- Capelari, M. G. M. (2017). *Instituições para a governança: o papel das regras formais e informais no controle do desmatamento em reservas extrativistas da Amazônia*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília.
- Carley, K. (1991). Uma teoria de estabilidade de grupo. *American Sociological Review*, 56, pp. 331-354.
- Carvalho, J. M. (1996). El Federalismo Brasileño: Perspectiva Histórica. In Chávez A. H. (Coord). *Hacia un Nuevo Federalismo?* Cidade do México. El Colegio de México, pp. 34-64.
- Chan, J. L. (1990). Monitoring cities: building an indicator system for municipal analysis. In: Clark, Terry Nichols (Ed.). *Monitoring local government: how personal computers can help systematize municipal fiscal analysis*. Iowa: Kendall/Hunt.
- Clark, T. N. (1977). Fiscal management of American cities: Funds flow indicators. *Journal of Accounting Research*. 15. pp. 54-94.
- Corrêa, A. (2012, 13 de setembro). *Por que a maioria dos municípios brasileiros não se sustenta?*. Recuperado de https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120912_brasil_gestao_fiscal_ac
- Cossio, F. A. B. (1995). *Disparidades econômicas inter-regionais, capacidade de obtenção de recursos tributários, esforço fiscal e gasto público no federalismo brasileiro* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ.
- Costa, C. C. et al. (2012). Disparidades interregionais e características dos municípios do estado de Minas Gerais. *Revista Desenvolvimento em Questão*, 10(20), pp. 52-88.

- Costa, J. M. A., Cunha, M. C. & De Araújo, R. B. M. (2010). Federalismo Cooperativo Brasileiro: implicações na gestão da educação municipal. *Perspectivas em Políticas Públicas*, 3(5), pp. 43-62.
- Cury, C. R. J., (2006). Federalismo político e educacional. In: Ferreira, N. S. C. (Org.). *Políticas públicas e gestão da educação*. Brasília: Líber Livro Editora.
- Dantas Júnior, A. F. (2018). *A influência do federalismo fiscal sobre o estresse fiscal dos municípios brasileiros*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Del Vecchio, G. (1979). *Lições de Filosofia do Direito*. Coimbra: Arménio Amado.
- Dinapoli, T. P. (2013). *Fatores de estresse fiscal e estratégias de enfrentamento*. Albany, NY: Escritório da Controladoria do Estado de Nova York, Divisão de Governo Local e Responsabilidade Escolar.
- Dye, T. R. (1990). *American federalism: Competition among governments*. Lexington: Lexington Books
- Egghe, L. (2005). Zipfian and Lotkaian continuous concentration theory. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 56(9), p. 935-945.
- Elazar, D. (1987). *Exploring federalism*. Tuscaloosa, Alabama: The University of Alabama Press.
- Elkins, Z. & Sides, J. (2007). Can Institutions Build Unity in Multiethnic States?. *American Political Science Review*, 101(4), pp. 693-708.
- Farah, M. F. S. (2001). Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *Revista de Administração Pública*, 35(1), p. 119-144.
- Feiock, R. C. (2004). *Metropolitan Governance: Conflict, Competition and Cooperation*. Washington DC: Georgetown University Press.
- Feiock, R. C. (2007). Rational Choice and Regional Governance. *Journal of Urban Affairs*, 29(1), pp. 47-63.
- Feiock, R. C. (2010). Overcoming the barriers to cooperation: Intergovernmental service agreements SW Kwon. *Public Administration Review*, 70(6), pp. 876-884.
- Feiock, R. C., Jeong, M. & Kim, J. (2003). Compromisso credível e governo gestor do conselho: implicações para escolhas de instrumentos de política. *Public Administration Review*, 63(5), pp. 616-623.
- Feiock, R. C., Terman J. N. & Yang, K. (2016). Walking in the shadow of Pressman and Wildavsky: expanding fiscal federalism and goal congruence theories to single-shot games. *Review of Policy Research*, 33(2), pp. 124-139.

Feiock R. C., Serena Y. K., William L. S., Christopher M. W., Thomas B., Rachel M. K., Angela Y. S. P., Tian T. & Kiernan M. (2020). Updating the Institutional Collective Action Framework. *Policy Studies Journal*, pp.9-34.

Frederickson, N., Furnham A. & Petrides, K. V. (2004). The Role of Trait Emotional Intelligence. *Academic Performance and Deviant Behavior at School. Personality and Individual Differences*, 36, pp. 277-293. DOI: 10.1016/S0191-8869(03)00084-9

Genschel, P. & Jachtenfuchs, M. (2015). More integration, less federation: The European integration of core state powers. *Journal of European public policy*, 23(1), p. 42-59.

Gordon, H. S. (1991). The Economic Theory of a Common-Property Resource: The Fishery. *Bulletin of Mathematical Biology*, 53(1), pp. 231–252.

Grisorio M. J. & Prota F. (2015). The Impact of Fiscal Decentralization on the Composition of Public Expenditure: Panel Data Evidence from Italy. *Regional Studies, Taylor & Francis Journals*, 49(12), pp. 1941-1956. DOI: 10.1080/00343404.2013.859665

Hardin, G. (2010). The Tragedy of the Commons. *Science*, 1629(3859), pp. 1243–1248.

Hawkins, C. V. (2007). *Local government joint ventures: cooperation and competition for economic development* (Tese de Doutorado). Florida State University, Tallahassee, Estados Unidos.

Hirsch, J. E. (2005). An index to quantify an individual's scientific research output. *Scientometrics*, 102(46), pp. 16569-16572. DOI: [10.1073/pnas.0507655102](https://doi.org/10.1073/pnas.0507655102).

Höpner, M. & Schäfer A. (2012). Embeddedness and Regional Integration: Waiting for Polanyi in a Hayekian Setting. *International Organization*, 66(3), pp. 429-455.

Holzinger, K. (2003). The problems of collective action: a new approach. *SSRN Electronic Journal*, pp. 1-32. DOI: 10.2139/ssrn.399140

IBGE. (2018). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/ehttps://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=299700>.

IBGE. (2022). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado de www.ibge.gov.br.

Igram, R. W. et al. (1991). *Accounting and financial reporting for governmental and nonprofit organization: basic concepts*. New York: MacGraw-Hill.

Oakerson, R. J. & Roger B. P. (2011). The Study of Local Public Economies: Multiorganizational, Multi-level Institutional Analysis and Development. *Policy Studies Journal*, 39(1), pp. 141–161.

Olson, M. (1965). *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Editora EDUSP.

Ostrom, E. (1992). Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. *Land Economics*, 68(3), pp. 354-357.

Ostrom, E. (2002). Governing the commons: the evolution of institutions for collective actions. Cambridge: Cambridge University Press.

Ostrom, E. (2005). *Understanding Institutional Diversity*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

Ostrom, E. (2011). Background on the Institutional Analysis and Development Framework. *Policy Studies Journal*, 39(1), p. 7–27.

Ostrom, E., & Cox, M. (2010). Indo além das panacéias: uma abordagem diagnóstica de várias camadas para análise socioecológica. *Conservação Ambiental*, 37(4), pp. 451-463.

Kugelmas, E. & Sola, L. (1999). Recentralização/Descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90. *Tempo social*, 11, p. 63-81.

Krueger, S. & McGuire, M. (2005). A transaction costs explanation of interlocal government collaboration. In *Anais do 8º National Public Management Research Conference*, Los Angeles, Califórnia.

Lira, N. K. M. et al. (2013). A distribuição de receitas públicas nos municípios do Estado da Bahia: uma análise crítica de sua equidade. *Revista Organizações & Sociedade*, 20(66). Recuperado de <https://www.scielo.br/j/osoc/a/PW4xDst76ZYkcbtXQtFMhp/?lang=pt>

Lotka, A. J. (1926). The frequency distribution of scientific productivity. *Journal of the Washington academy of sciences*, 16(12), pp. 317-323.

Massardi, W. O. (2014). *Esforço fiscal e desempenho socioeconômico dos municípios mineiros* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

Miller, Gerald J. (2001). *Fiscal Health in New Jersey's Largest Cities*. Cornwall Center Publication Series

Moraes, D. P. (2006). *Arrecadação tributária municipal: esforço fiscal, transferências e Lei de Responsabilidade Fiscal* (Dissertação de Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP.

Musgrave, R. A. et al. (1959). Theory of public finance: a study in public economy. *Journal of Political Economy*, 68(2).

Nascimento, A. B. F. M., Fernandes, A. S. A., Sano, H., Grin, E. J. & Silvestre, H. C. (2021). Cooperação intermunicipal baseada no Institutional Collective Action: os efeitos dos consórcios públicos de saúde no Brasil. *Revista De Administração Pública*, 55(6), pp. 1369–1391. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/0034-761220210061>

Matias-Pereira, J. (2008). *Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais*. São Paulo: Atlas.

- Oates, W. E. (1972). *Fiscal Federalism*. New York, NY: Harcourt Brace Jovanovich.
- Orair, R. O. & Alencar, A. A. (2010). Esforço fiscal dos municípios: indicadores de condicionalidades para o sistema de transferências intergovernamentais. Monografia premiada do Tesouro Nacional, Brasília.
- Pacheco, M. J. J., Abrantes, L. A., Zuccolotto, R., & Luquini, R. A. (2018). Emendas Constitucionais e Descentralização Fiscal: Evolução e Interferências na Autonomia Financeira dos Municípios. *Revista Desenvolvimento em Questão*, 16(42). DOI: [10.21527/2237-6453.2018.42.180-208](https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.42.180-208)
- Peterson, P. (1995). *The price of federalism*. New York: The Twentieth Century Fund.
- Persson, T., Tabellini, G. (1994). Does centralization increase the size of government?. *European Economic Review*, 38(3), pp. 765-773. Recuperado de [http://dx.doi.org/10.1016/0014-2921\(94\)90112-0](http://dx.doi.org/10.1016/0014-2921(94)90112-0)
- Post, S. (2002). Cooperação do governo local: a relação entre a geografia do governo da área metropolitana e prestação de serviços. In *Reunião Anual de 2002 da American Political Science Association*. Boston.
- Prates, A. M. Q. (2012). *Federalismo no Brasil: Os Consórcios Públicos Intermunicipais no Período Recente*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Marcussen M., Risse T., Engelmann-Martin D, Joachim Knopf H. & Roscher K. (1999) Constructing Europe? The evolution of French, British and German nation state identities. *Journal of European Public Policy*, 6(4), pp. 614-633.
- Montesquieu, C. L. S. (1748). *Do espírito das leis*. São Paulo: Editora: Abril Cultural.
- Nicolaisen, J. & Hjørland, B. (2007). Practical potentials of Bradford's law: A critical examination of the received view. *Journal of Documentation*, 63(3), p. 359-377.
- Rezende, F. (1995). Federalismo Fiscal no Brasil. *Revista de Economia Política*, 15(3), p. 5-17.
- Rodrigues, M. A. V., Tavares, A. F. & Araújo, J. F. (2012). Prestação de serviços municipais: o papel de custos de transação na escolha entre Governança Alternativa Mecanismos. *Estudos de Governo Local*, pp. 1-24.
- Ribeiro, E. P. (1998). *Transferências intergovernamentais e esforço fiscal dos Estados brasileiros*. Porto Alegre, RS: PPGE/UFRGS. 19 p. (Textos para Discussão, n. 12).
- Ribeiro, R. L., 2019. Do federalismo dualista ao federalismo de cooperação: a evolução dos modelos de estado e a repartição do poder de tributar. *Revista Interdisciplinar do Direito da Faculdade de Direito de Valença*, 16(1), p. 335-362.
- Riker, W. (1964). *Federalism: Origin, Operation, Significance*. Boston: Little, Brown and Company.

- Rodden, J. (2002). The dilemma of fiscal federalism: Grants and fiscal performance around the world. *American Journal of Political Science*, pp. 670-687.
- Rodden, J. (2003). Reviving Leviathan: fiscal federalism and the growth of government. *International organization*, 57(4), pp. 695-729.
- Sabatier, P. A. (1999). Promover o desenvolvimento da teoria da política. In Sabatier, P. A., ed., *Theories of the Policy Process*. Boulder: Westview Press.
- Scharpf, F. W. (1988) The joint-decision trap: lessons from German federalism and European integration. *Public Administration*, 66(3), pp. 239-278.
- Scharpf, F. W. (2011). Economic integration, democracy and the welfare state. *Journal of European Public Policy*, 4(1), pp. 18-36.
- Scholz, J. T., Feiock, R. C., & Ahn, T. K. (2006). Policy networks and institutional collective action: a research agenda (Working Group on Interlocal Services Cooperation). Detroit, MI: DigitalCommons@ WayneState. Recuperado de https://digitalcommons.wayne.edu/interlocal_coop/16/
- Serenko, A., Bontis, N., Booker, L., Sadeddin, K. & Hardie, T. (2010). A scientometric analysis of knowledge management and intellectual capital academic literature. *Journal of Knowledge Management*, 14(1), pp. 3-23.
- Silva, V. A. (2010). Federalismo e articulação de competências no Brasil. In Peters, G. & Pierre, J. (Org.). *Administração pública: coletânea*. Brasília/São Paulo: ENAP/UNESP, p. 549-570.
- Silva, M. S. (2005). Teoria do federalismo fiscal: notas sobre as contribuições de Oates, Musgrave, Shah e Ter-Minassian. *Nova Economia*, 15(1), pp. 117-137.
- Souza, C. (1995). *Constitutional Change in Brazil: Political and Financial Decentralisation, 1981-1991*. Tese de Doutorado. Londres: London School of Economics and Political Science.
- Soss, J., Fording R. C. & Schram B. F. (2008). The Color of Devolution: Race, Federalism, and the Politics of Social Control. *American Journal of Political Science*, 52(3), pp. 536-553.
- Souza, C. (1995). *Constitutional Change in Brazil: Political and Financial Decentralisation, 1981-1991*. Tese de Doutorado. Londres: London School of Economics and Political Science.
- Spekkink, W. & Boons, F. (2015). The emergence of collaborations. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 26(4), pp. 613-630.
- Stanley, D. T. & Levine, C. H. (1980). *Managing fiscal stress: the crises in the public sector*. New Jersey: Chatham House Publishers.
- Tavares, A. F. & Feiock, R. C. (2018). Applying an institutional collective action framework to investigate intermunicipal cooperation in Europe. *Perspectives on Public Management and Governance*, 1(4), pp. 299-316. Recuperado de <https://doi.org/10.1093/ppmgov/gvx014>

Tiebout, C. M. (1956). A pure theory of local expenditures. *The journal of political economy*, 64(5), pp. 416-424.

Vanti, N. A. P. (2002). Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da informação*, 31(2), p. 369-379.

Von Hagen, J., Bordignon, M., Dahlberg, M., Grewal B. S., Peterson, P. & Seitz, H. (2000). Salvamentos governamentais subnacionais em países da OCDE: quatro estudos de caso. *Documento de trabalho do BID n° 126*. DOI: 10.2139/ssrn.1814672.

Voorn, B., Genugten, M. V., & Thiel, S. V. (2019, setembro). Multiple Principals, Multiple Problems: Implications for Effective Governance and a Research Agenda for Joint Service Delivery. *Public Administration*, 97(3), pp. 671-685. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/padm.12587>

Zuccolotto, R., Ribeiro, C. P. P. & Abrantes, L. A. (2008). O comportamento das finanças públicas municipais nas capitais dos Estados brasileiros. In *Anais do 15º Congresso Brasileiro de Custos*, Curitiba, PR.